

NOME PRESTIGIADO

Pré-candidatura de Delúbio tem apoio nacional

Ex-tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares lançou na noite desta quarta-feira (6) sua pré-candidatura a deputado federal pela legenda em Goiás. Prestigiado por nomes nacionais, como Benedita da Silva, Delúbio quer fortalecer Lula no Congresso. **Política 6**

O HOJE

22

ANO 22 | Nº 7.115 | QUINTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2026 | R\$ 2,50 | FUNDADO EM 23 DE ABRIL DE 2004

OHOJE.COM

Bancada apoia fim da escala 6x1, mas quer evitar prejuízos

A discussão sobre o fim da escala 6x1, que hoje dá só uma folga por semana, avança na Câmara dos Deputados e já mobiliza a bancada federal de Goiás. A maioria dos parlamentares do Estado sinaliza voto favorável à proposta, mas com ressalvas. O principal ponto levantado é a necessidade de medidas que reduzam o impacto econômico da mudança. **Política 5**



Divulgação

Goiânia e Aparecida podem ter greve na educação nesta quinta

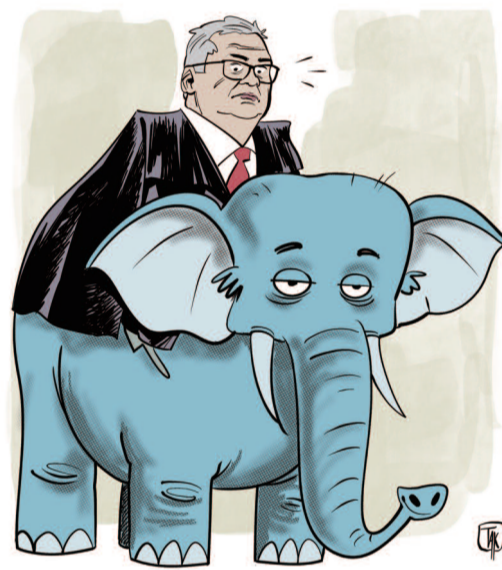
As redes de educação de Goiânia e Aparecida vivem um momento decisivo. Nesta quinta, trabalhadores se reúnem em assembleias que podem definir a deflagração de greves nas duas cidades. **Cidades 10**

Defesa de Vorcaro propõe delação à PF e cita políticos

Ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, que foi liquidado pelo Banco Central, e que está preso por suspeita de fraudes bilionárias no mercado financeiro, apresentou material à PF e à PGR para propor um acordo de colaboração aos investigadores do caso. **Política 8**

Se o caso Master terminar em pizza, o Brasil não vai engolir

Xadrez 2



MÁRCIA LOPES

Jornada 6x1 e a falta de tempo na vida das mulheres

Opinião 3

PATRÍCIA NERI

A dor silenciosa do trabalho

Opinião 3

Exportações de alta tecnologia crescem 51%

O salto nas vendas de modelos de aviões da Embraer para o resto do mundo contribuiu para impulsionar as exportações dos setores de alta tecnologia na indústria de transformação do País, o que ajudou a conter o avanço do déficit comercial acumulado nos primeiros três meses deste ano nesta área. **Econômica 4**

CLDF aprova prorrogar incentivos fiscais até o fim do ano de 2026

Política 7

Alcolumbre deve promulgar PL da Dosimetria

Como o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não deve formalizar derrubada dos vetos, a prerrogativa passará ao presidente do Senado. **Política 6**

Base de Mabel reage após sessão na CCJ acabar por falta de quórum

O impasse entre a base do prefeito Sandro Mabel (UB) e a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Goiânia ganhou um novo capítulo na última quarta-feira (6). A sessão da CCJ não foi aberta pela falta de quórum e irritou os vereadores aliados ao Paço Municipal. A sessão foi presidida pelo vice-presidente, o vereador Willian Veloso (PL), em razão da viagem de Luan Alves (MDB) à Europa. **Política 2**

Celina promete corrigir salários de professores

A reunião da governadora do DF com Sinpro e Gabriel Magno definiu prazos para pagamentos atrasados, ajustes no EducaDF e novas contratações. **Política 7**

HUB quer desenvolver fertilizantes e garantir autonomia no agro

Cidades 9

Desenrola mira adimplentes, mas crédito segue caro

Diferentemente da primeira fase do programa, voltada a consumidores inadimplentes, o Desenrola agora pretende atender aqueles que mantêm suas contas em dia, mas continuam a enfrentar altas taxas de juros no mercado de crédito. **Economia 4**

Alex Malheiros



Nova rede de proteção contará com atendimento integrado para as mulheres

Estrutura reúne órgãos municipais, estaduais e federais para reduzir a violência contra as mulheres na Capital. **Cidades 11**

Governo Lula coloca pedido de Celina Leão em 'banho-maria'

Xadrez 2

PF está intrigada com mensagem de Vorcaro, sócio da SAF do Galo

Esplanada 6

Depósito em execução não é transferível para juízo da falência

Jurídica 10



Dólar: (paralelo) R\$ 4,92 | Dólar: (comercial) R\$ 4,921 | Euro: (Comercial) R\$ 5,781 | Boi gordo: (Média) R\$ 354,05 Poupança: 0,3715% | Ouro: R\$ 744,46 | Bovespa: +0,5%



Fale O HOJE

Negócios: (62) 3095-8722
Classificados: (62) 3095-8700
Leitor: (62) 3095-8772 | editor@ohoje.com.br



Tempo em Goiânia

Sol e muitas nuvens à tarde. A noite o céu ainda fica com muita nebulosidade, mas não chove.

30° C
18° C



Xadrez
Wilson Silvestre

(62) 99314-0518 | (61) 99613-6831

xadrez@ohoje.com.br

Com Nilson Gomes-Carneiro e Bruno Costa

Dupla dinâmica – Após se unirem para derrotar Jorge Messias no Senado, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Davi Alcolumbre (UB-AP) trabalham para obstruir os trabalhos do Congresso, o que prejudica os planos do presidente Lula (PT), que corre para aprovar o fim da escala 6 x 1.

Governo Lula coloca pedido de Celina em ‘banho-maria’

Cresce a percepção entre os aliados da governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está propenso a “cozinhar em banho-maria” o pedido de Celina para uma audiência. Sem a boa vontade de Lula, a solução para retomar a solidez do BRB e recuperar sua credibilidade junto aos correntistas não virá tão cedo. Essa é a avaliação ouvida pela coluna nesta quarta-feira (6) em Brasília. No meio político que apoia a governadora em sua cruzada para capitalizar o BRB, sendo o empréstimo do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) o mais importante, é consenso que será uma agonizante espera.

Não bastassem os desafios de prestar uma boa zeladoria na prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, segurança e dar continuidade a obras estruturantes, entre tantos desafios, o fantasma de redução nos repasses do Governo Federal ao GDF volta a rondar o Palácio do Buriti. O assombro desta vez veio do ministro da Fazenda, Dario Durigan, que sugeriu usar o Fundo do DF para cobrir o rombo do BRB. Os recursos são destinados para manter a educação, segurança pública e a saúde da capital do País. Se essa ideia for adiante, pode provocar a falência administrativa do DF.



Cury: “Sou pré-candidato por amor ao País”

O pré-candidato a presidente da República, Augusto Cury (Avante), conversou com a coluna nesta quinta-feira (6), direto de Belo Horizonte (MG), antes do lançamento oficial de seu nome na corrida presidencial. Cury disse que entrou nessa campanha presidencial “por amor ao País” e para contribuir na ruptura da radicalização. Ele reitera que não se trata de um projeto pessoal, mas de um propósito que abrange a ética e a família. Um projeto para o Brasil, afinal, o “eleito tem prazo de validade, pois é um empregado da sociedade, mas existem dinastias de políticos que se perpetuam no poder”, lamenta Cury.

Chegar na ponta

Cury diz acreditar que pode avançar com sua proposta de inclusão da ética, família e amor ao País. “O desafio é fazer com que essa mensagem chegue lá na ponta. E muita gente tem compreendido essa mensagem e aderido a esse conceito de política para ‘servir’ e não se servir da política.” Acrescenta que é 100% projeto de país e zero de ataques pessoais. “Quero ser a voz da pacificação do País”, conclui Cury.

Tibé otimista

O maior entusiasta da pré-candidatura de Augusto Cury a presidente da República é o líder nacional da legenda, Luís Tibé. “Para o Avante foi ótimo ter o Cury pré-candidato, pois unificou o partido, que se dividia no apoio a outros pretendentes presidenciais.” Na avaliação de Tibé, “o Cury vai ajudar sobremaneira a dar uma nova visão da política brasileira”. “É um bom momento do Avante”, resume Tibé.

Gim, elo estratégico

Entre os presidentes regionais do Avante, o do Distrito Federal, Gim Argello, ex-senador e um dos políticos mais habilidosos da República, é tido como estratégico dentro da estrutura partidária da legenda. Essa constatação ficou evidente no lançamento oficial da pré-candidatura a presidente de Cury no BeFly Hall, em Belo Horizonte (MG). Gim esteve o tempo todo ladeado por Cury, Tibé e as principais lideranças do Avante no evento.

Alívio no TCM

A promulgação da EC 139 pelo Congresso encerra de vez com qualquer possibilidade de extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). Os deputados não podem pressionar por aposentadorias. Por outro lado, os goianos terão que conviver com um custo anual de R\$ 216 milhões.



Se o caso Master terminar em pizza, o Brasil não vai engolir

Pouca gente falando no Banco Master. Daniel Vorcaro, o dono, só é notícia para alguém dizer que sua delação está fraca. Luis Sicário, o braço direito e esquerdo de sua espionagem e segurança, morreu de forma estranha dentro da cadeia da Polícia Federal. Cala-te boca. Mesmo com centenas de prostitutas tendo feito a festa para seus convidados, nem estes nem aquelas têm nome ou rosto, ninguém aparece. Como envolve autoridade dos três Poderes numa quantidade que nem a Operação Lava Jato teve igual, é provável que esta acabe como aquela, em pizza. A diferença é que agora cada brasileiro é dono de uma emissora de TV e uma de rádio, pode falar o que quiser. Mas cada sílaba é monitorada e adivinhe para quem sobra a tora... Mas não custa crer que vai regurgitar cada fatia que a impunidade o fizer engolir.

O presidente da República ainda não desmentiu a propalada vontade de o Caso Master tragar dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, este o livrou da derrota em 2022, aquele foi seu advogado particular. O PT da Bahia, o PP do Piauí, a Faria Lima quase toda, o 1º escalão federal e outros graúdos seriam engolidos. Seriam. Como é gente demais para alimentar os leões, os reis da selva vão morrer de fome. Com isso, caiu o consumo de tranquilizantes em Brasília. Ibaneis Rocha e os demais de sua gestão no GDF? Tranquilinhos. Centrão e Banco Central? Tranquilões.

Desassossegados estão 12 milhões de vítimas. Seu dinheiro não será devolvido. Com esquerda, direita e centro, Congresso, Judiciário e Executivo, todos se esbaldando na piscina de lama, é mais fácil sujar o piscineiro que espirrar em qualquer dos engratados. **(Especial para O HOJE)**

Base de Mabel reage após sessão não aberta na CCJ por falta de quórum

Vereadores aliados ao Paço acusam manobra na comissão após ausência de link para participação remota

Thiago Borges

O impasse entre a base do prefeito Sandro Mabel (União Brasil) e a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Goiânia ganhou um novo capítulo na última quarta-feira (6). A sessão da CCJ não foi aberta pela falta de quórum e irritou os vereadores aliados ao Paço Municipal.

A sessão foi presidida pelo vice-presidente do colegiado, o vereador Willian Veloso (PL), em razão da viagem do presidente da CCJ, Luan Alves (MDB), à Europa. Veloso declarou a não abertura da reunião por falta de quórum às 8h13 e causou revolta imediata dos parlamentares da base presentes na Sala de Reunião das Comissões da Casa. O líder do prefeito, Wellington Bessa (Mobiliza), e a vereadora Daniela da Gilka (PRTB) questionaram a decisão de Veloso.

A acusação dos vereadores da base é de que a chefia da comissão não disponibilizou o link para participação remota dos parlamentares que não estavam presentes, o que impediu a realização da reunião do colegiado. Em direção a Veloso, Daniela da Gilka afirmou que

o vereador utilizou de “artimanha” para impedir a realização da CCJ. “Desde a última quarta-feira (29/4) eu tento entrar na CCJ e não consigo. Quero que isso seja registrado em ata. Se liberou a videoconferência, que deixe os colegas entrar.”

O novo imbróglio da base na CCJ acontece em meio ao descontentamento de Mabel com a tramitação das matérias do Paço no colegiado. Como mostrado pelo O HOJE na última semana, Bessa já havia sinalizado que utilizaria o instrumento de inclusão e inversão para incluir os projetos prioritários da Prefeitura de Goiânia nas reuniões seguintes da CCJ. A sessão desta quarta tinha 17 projetos de lei na pauta para serem analisados. Nenhum do Executivo municipal.

Desde o primeiro atrito entre a base de Mabel e Luan, no último dia 15 de abril, das três reuniões previstas da CCJ, apenas uma ocorreu, na semana passada, no dia 29 de maio. Esta foi a segunda sessão que não foi aberta em razão da falta de quórum desde o desentendimento entre as partes. Durante a sessão ordinária no plenário da Casa, o vereador Pedro Azulão Jr. (MDB) afir-



Acusação dos vereadores da base é de que a chefia da comissão não disponibilizou o link para participação remota

mou que Luan não teria disponibilizado o link para os vereadores que participariam de maneira remota. “Quero chamar atenção do presidente Luan, que está segurando o link. O vereador Denício Trindade, às 8h01, pediu o link e ninguém mandou”, disse o parlamentar.

Azulão também cobrou presença dos vereadores da base na CCJ. “A base aqui é maior do que a oposição e o prefeito está precisando da base para aprovar os projetos de interesse da prefeitura e da população. Não vou pedir para ninguém vir trabalhar porque cada um tem suas obrigações

e eu respeito. Mas vem cá, nós não podemos aceitar a minoria mandar na maioria”, frisou o parlamentar. “Não acompanhei a fala do vereador Azulão, mas se ele deu essa declaração sobre a disponibilidade dos links, ele está mentindo e precisa comprovar, pois nem no Brasil eu me encontrava no momento da CCJ”, afirmou Luan à reportagem do O HOJE.

Já Veloso destacou que não sabia que iria presidir a reunião da quarta-feira e que a distribuição dos links para participação remota fica a cargo do presidente da comissão.

“Tive conhecimento que iria presidir a reunião minutos an-

tes do começo da mesma. Só o presidente da CCJ tem o controle e envio do link. Aguardei até mais que o tempo regimental para termos quórum, como não aconteceu, tive que encerrar a reunião”, explicou. As salas virtuais para os parlamentares participarem das reuniões de comissões remotamente são criadas pelo Departamento de Áudio e Vídeo da Câmara. Costumeiramente, o link é enviado pelos servidores que cuidam da parte técnica de transmissão e funcionamento para o assessor da comissão, que envia o link ao presidente do colegiado. **(Especial para O HOJE)**

Reprodução/TV Câmara

Paulo Pinto/ABr



Jornada 6x1 e a falta de tempo na vida das mulheres

Márcia Lopes

Durante muito tempo, o debate sobre o trabalho no Brasil esteve centrado na geração de empregos. No entanto, torna-se cada vez mais evidente que não basta ter um trabalho. É fundamental olhar para as condições em que ele acontece e para o tempo de vida que sobra fora dele.

A jornada 6x1, com seis dias de trabalho para apenas um de descanso, ainda é uma realidade para milhões de brasileiras e brasileiros. Esse modelo, muitas vezes naturalizado, limita a qualidade de vida, reduz o convívio familiar e compromete o direito ao descanso.

Para as mulheres, essa realidade é ainda mais dura. A desigual distribuição do trabalho de cuidado não remunerado faz com que o tempo simplesmente não seja suficiente. Falta tempo para descansar, para estudar, para cuidar da própria saúde e até para participar da vida pública.

Na prática, isso significa jornadas que não terminam quando acaba o expediente. O trabalho continua em casa, no cuidado com filhos, idosos e nas tarefas domésticas. Essa sobrecarga afeta diretamente a autonomia das mulheres e suas possibilidades de escolha.

Quando quase todo o tempo está ocupado pelo trabalho e pelo cuidado, o que sobra para as mulheres? Sobra cansaço. Sobra a falta de tempo para estudar, descansar, cuidar da saúde e participar da vida pública. Sobra a impossibilidade de escolher como viver o próprio tempo. É assim que desigualdades se aprofundam e se naturalizam, condenando muitas mulheres à pobreza.

No Brasil, essa realidade não é exceção, é parte do cotidiano de milhões de pessoas. A forma como

o trabalho está organizado e como o tempo é distribuído acaba reforçando desigualdades que se acumulam ao longo da vida.

Mas falar de tempo também é falar de oportunidades. Ter mais tempo livre significa poder usufruir do que o nosso país oferece: turismo, cultura, arte, gastronomia e espaços de convivência. Significa movimentar a economia local, fortalecer pequenos negócios e ampliar o acesso ao lazer e ao bem-estar. O tempo, portanto, também é um fator de desenvolvimento econômico e social.

Por isso, esse é um debate que dialoga com todas as classes sociais. Não se trata apenas de quem trabalha mais ou menos, mas de como queremos viver como sociedade. Um país que garante tempo para sua população é um país que investe em qualidade de vida, em saúde, em educação e em desenvolvimento.

Enfrentar a jornada 6x1 também significa enfrentar a falta de tempo na vida das mulheres. Significa reconhecer que o desenvolvimento precisa considerar não apenas indicadores econômicos, mas a possibilidade real de viver com dignidade.

Garantir mais tempo é garantir mais direitos. É criar condições para reduzir desigualdades e ampliar a participação das mulheres em todos os espaços da sociedade.

O futuro do trabalho precisa ser construído com equilíbrio, dignidade e justiça.



Márcia Lopes é ministra das Mulheres

A dor silenciosa do trabalho

Patrícia Neri

Mais de 840 mil pessoas morrem todos os anos no mundo em decorrência de problemas de saúde associados aos riscos psicossociais ligados à vida profissional. O alerta está no relatório "O ambiente psicossocial de trabalho: tendências globais e orientações para a ação", da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado recentemente. O documento mostra que a dor psíquica provocada pelo trabalho ultrapassa a mente e alcança o corpo.

O levantamento reúne impactos físicos e emocionais provocados por ambientes profissionais negligentes com a saúde mental, especialmente o estresse crônico, associado ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, depressão profunda e casos de suicídio relacionados à pressão e às condições de trabalho. O dado expõe uma realidade vivida em silêncio por milhões de trabalhadores: o adoecimento emocional causado pela forma como o trabalho é organizado, cobrado e conduzido.

Longas jornadas, pressão psicológica excessiva, insegurança profissional, metas inalcançáveis, assédio moral, bullying institucionalizado e ambientes tóxicos estão entre os principais fatores apontados pela OIT. Não se trata apenas de cansaço. Estamos falando de ansiedade, distúrbios do sono, exaustão psíquica e perda da capacidade de seguir produzindo de maneira saudável.

O mais preocupante é perceber que adoecer passou a ser encarado como parte normal da vida corporativa. Há pessoas que choram antes de sair de casa, que vivem em estado permanente de alerta e que já não conseguem descansar nem nos momentos de pausa. Profissionais que

seguem entregando resultados enquanto se desgastam internamente em silêncio.

O relatório deixa claro que o problema não está apenas no indivíduo. Está na cultura organizacional que naturaliza a sobrecarga, silencia dores internas e transforma produtividade em prioridade absoluta. O cenário se agrava com a hiperconectividade permanente, a pressão por disponibilidade contínua e a dificuldade crescente de estabelecer limites entre vida pessoal e profissão.

É nesse contexto que a Terapia de Reprocessamento Generativo (TRG) tem sido utilizada no cuidado de pessoas impactadas por pressão contínua, medo persistente e desgaste psíquico acumulado ao longo da trajetória profissional.

A TRG atua diretamente no reprocessamento de registros ligados à dor, à sobrecarga, ao medo e ao esgotamento acumulados ao longo da trajetória profissional. O foco não está apenas em aliviar sintomas imediatos, mas em interromper ciclos internos de adoecimento, recuperar estabilidade e fortalecer a capacidade de enfrentamento diante da rotina profissional. Cuidar da saúde mental exige responsabilidade, escuta, prevenção e relações profissionais mais humanas. Porque por trás de cada meta há uma pessoa. E por trás de muitos profissionais considerados fortes, há alguém tentando sobreviver emocionalmente por mais um dia.



Patrícia Neri é terapeuta em Reprocessamento Gerativo

CARTA DO LEITOR

Escravidão doméstica

Triste a realidade de trabalho escravo de pessoas dentro das casas e apartamentos das cidades brasileiras. Mais trágico saber que esses trabalhadores estão próximos de nós, apenas separados por muros e muitas vezes por uma parede apenas, o que se torna mais difícil de se acreditar que tal pessoa está sendo vítima de um trabalho análogo à escravidão. São no geral mulheres, que chegam nas casas de famílias "acolhidas" ainda crianças vindas de ambientes carentes de tudo, na esperança de terem teto, comida e frequentar a escola. Porém, o que seria um sonho é na verdade um pesadelo. Denuncie!

Maria Beatriz
Goiânia

CONTA PONTO

Temos trabalhado para garantir a expansão da oferta de energia e superar gargalos históricos, atraindo ainda mais investimentos para essa região. Além disso, estamos avançando na desburocratização, com soluções tecnológicas que vão dar mais celeridade aos processos de licenciamento ambiental e facilitar a vida do produtor"

Daniel Vilela (MDB), governador de Goiás, nesta quarta-feira (6), ao destacar ações do governo para impulsionar o agronegócio, durante a 2ª edição da Conforto Experience, evento que reúne lideranças do setor em Nova Crixás. Realizado na Fazenda Conforto, o encontro tem como objetivo promover a troca de conhecimento sobre o mercado e impulsionar negócios na região do Vale do Araguaia, no Norte goiano. Daniel destacou os investimentos do Estado e o diálogo constante com o setor produtivo como estratégia para fortalecer o agro e ampliar a competitividade de Goiás.

INTERAJA CONOSCO



@g.ohoje

A defesa do ex-banqueiro Daniel Vercaro entregou à Polícia Federal (PF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma proposta de delação premiada relacionada às investigações do caso Master, que apura suspeitas de fraudes bilionárias no sistema financeiro. Leia a matéria completa em ohoje.com. Curtiu a publicação a leitora.

Aninha Dias (@aninha.dias.5249)



@jornalohoje

O debate sobre a exploração de terras-raras no Brasil vem ganhando espaço no cenário político, com destaque para Minaçu, no norte de Goiás. O tema ganhou força após declarações do prefeito do município sobre a venda de uma mineradora instalada na região, levantando discussões sobre quem deve controlar a exploração desses recursos estratégicos. Leia a matéria completa em ohoje.com.



Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com**. São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

José Cruz/ABr



Especialista alerta para riscos de antecipação de recursos e aponta informalidade como barreira estrutural

Nova fase do Desenrola mira adimplentes e expõe debate sobre crédito caro

Letícia Leite

A nova fase do programa Desenrola Brasil, anunciada pelo governo federal e ainda em construção, deve marcar uma mudança importante no foco da política de renegociação financeira no País. Diferentemente da primeira etapa, voltada a consumidores inadimplentes, a nova proposta pretende atender brasileiros que mantêm suas contas em dia, mas continuam enfrentando altas taxas de juros no mercado de crédito. A iniciativa também deve alcançar trabalhadores informais, grupo que historicamente encontra mais dificuldade para acessar financiamentos em condições favoráveis.

A ideia, segundo o Ministério da Fazenda, é criar uma linha de crédito mais acessível para esse público, especialmente diante de um cenário em que o custo do dinheiro segue elevado. O objetivo é ampliar o acesso ao crédito e oferecer condições mais vantajosas para quem, mesmo sem dívidas em atraso, sente os impactos dos juros sobre o orçamento. Para o economista Luiz Carlos Ongaratto, no entanto, a proposta ainda carece de detalhes e precisa ser analisada com cautela. Segundo ele, como o programa ainda não foi formalmente desenhado, é cedo para avaliar os impactos concretos da medida, mas alguns pontos já levantam preocupação.

Na avaliação do especialista, para trabalhadores formais que possuem saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a possibilidade de usar esse recurso como base para antecipação de pagamentos ou obtenção de crédito pode representar um alívio financeiro imediato. Por outro lado, o mecanismo exige atenção. Ainda de acordo com ele, o trabalhador pode até ter uma folga no orçamento ou quitar parcelas antecipadamente, mas é importante entender que esse não é um dinheiro novo. É um patrimônio que já pertence a ele e que, originalmente, teria outra finalidade, como a aposentadoria ou uma reserva futura.

Segundo o economista, o principal risco está na antecipação de consumo. Ao utilizar recursos que estariam guardados para o futuro, o trabalhador ganha fôlego no presente, mas reduz sua proteção financeira de longo prazo. Para ele, sem educação financeira, a medida pode gerar um efeito contrário ao esperado. A situação se torna ainda mais complexa quando o foco recai sobre os trabalhadores informais. Sem vínculo formal de trabalho e sem depósitos regulares em FGTS, esse grupo depende de alternativas que ainda não foram esclarecidas pelo governo.

Para Ongaratto, a grande barreira para esse público continua sendo a comprovação de renda. Sem estabilidade financeira formalizada, bancos e instituições de crédito encontram dificuldade para medir o risco de inadimplência, o que acaba elevando os juros cobrados. “É por isso que a formalização é tão importante dentro da economia e até mesmo negócios que a primeiro momento são informais eles podem ser formalizados”, afirma. O mercado financeiro precisa de previsibilidade, quando não existe uma renda fixa ou um histórico consistente de recebimentos, o risco percebido aumenta e isso encarece o crédito.

O economista destaca que esse cenário reforça a importância da formalização no mercado de trabalho. Além de ampliar a arrecadação tributária, a formalização cria condições mais favoráveis para o acesso a serviços financeiros, especialmente crédito com juros menores. Em Estados como Goiás, onde uma parcela importante da atividade econômica também passa por trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, a discussão ganha peso adicional. O acesso a crédito mais barato pode significar capital de giro, investimento e maior capacidade de consumo, mas a efetividade depende da estrutura do programa.

Ongaratto avalia que o problema central do crédito caro no Brasil não está, necessariamente, na falta de programas de antecipação de recursos, mas no ambiente macroeconômico. Segundo ele, o custo do crédito está diretamente ligado à política fiscal e ao equilíbrio das contas públicas. O aumento dos gastos governamentais e a pressão sobre o cenário fiscal mantêm o Banco Central em posição de cautela, o que sustenta taxas de juros elevadas. O economista reforça que crédito barato não se constrói apenas com antecipação de recursos, isso pode aliviar momentaneamente, mas não muda a estrutura de juros do País. **(Especial para O HOJE)**



Econômica

Lauro Veiga Filho

| economica@ohoje.com.br

Exportações industriais de alta tecnologia saltam 51% até março

O salto nas vendas de aviões da Embraer para o resto do mundo contribuiu para impulsionar as exportações dos setores de alta tecnologia na indústria de transformação, o que ajudou a conter o avanço do déficit comercial acumulado nos primeiros três meses deste ano nesta área. Entre janeiro e março deste ano, a indústria de alto conteúdo tecnológico exportou em torno de US\$ 2,216 bilhões, no levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), experimentando crescimento de 50,85% frente ao primeiro trimestre de 2025, quando as vendas externas neste segmento haviam alcançado US\$ 1,469 bilhão.

Pouco mais de 94% do crescimento registrado pelas exportações de bens industriais tiveram como origem o salto de 91,20% nas vendas externas de aeronaves, que subiram de US\$ 773,0 milhões para US\$ 1,478 bilhão, passando a representar 66,7% de todas as exportações de alta tecnologia do setor de transformação. Na leitura do instituto, boa parcela daquele resultado pode ser associada “a uma base deprimida de comparação na entrada do ano passado devido às perturbações do comércio mundial com as medidas do governo (Donald) Trump”.

Graças a esse desempenho, a alta tecnologia explicou ainda, conforme anota o Iedi, em torno de 63,0% do crescimento verificado para as exportações totais realizadas pela indústria de transformação, que saíram de US\$ 42,882 bilhões entre janeiro e março do ano passado para US\$ 43,865 bilhões nos mesmos três meses deste ano. Aqueles dados mostram,

numa anotação menos positiva, um incremento limitado, próximo de US\$ 1,183 bilhão, numa variação ligeiramente inferior a 2,8%, o que se compara com a alta de 7,1% acumulada pelo total das exportações brasileiras em igual período. A fatia da indústria de transformação nas vendas externas totais, diante dessa variação muito modesta, recuou de 55,5% para 53,27% entre o primeiro trimestre do ano passado e os três meses iniciais deste ano.

Compras externas

No dado consolidado para todo o setor de transformação, as importações igualmente experimentaram crescimento relativamente modesto ao passarem de US\$ 62,126 bilhões para US\$ 63,541 bilhões, variando 2,3%. A despeito disso, a participação nas importações gerais chegou a se elevar de 92,35% para 93,22% já que as compras externas totais anotaram variação ainda menos expressiva, crescendo 1,33%. Na soma geral, o País chegou a importar US\$ 68,163 bilhões no primeiro trimestre deste ano, frente a US\$ 67,272 bilhões em idêntico intervalo de 2025. Como se observa, houve nítido descompasso entre as velocidades de crescimento de exportações e importações na indústria de transformação em relação ao restante da economia, com o primeiro grupo apresentando incremento equivalente a menos de 40% da alta registrada pelo total exportado. No segundo grupo, a velocidade de crescimento foi quase 70% mais acentuada no setor de transformação (2,8% diante de 1,33% para o total das importações).

BALANÇO

◆ A diferença entre exportações e importações na indústria traduziu-se em déficit de US\$ 19,676 bilhões nos três meses iniciais deste ano, diante de resultado também negativo de US\$ 19,444 bilhões entre janeiro e março do ano passado, apontando uma variação de 1,19%.

◆ Para comparar, a economia como um todo produziu um superávit (exportações maiores do que importações) na faixa de US\$ 14,175 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o que significou um aumento de 47,55% em relação a um saldo positivo de US\$ 9,606 bilhões nos mesmos três meses de 2025.

◆ Ainda na indústria de transformação, conforme indica o acompanhamento do Iedi, o avanço até mesmo modesto do déficit comercial deveu-se em grande medida à queda no resultado negativo acumulado pela balança comercial das empresas de alta conteúdo tecnológico. O déficit comercial naquela área baixou de US\$ 12,484 bilhões para US\$ 11,395 bilhões, caindo 8,72% (ou seja, algo como US\$ 1,089 bilhão a menos), refletindo ainda a redução de 2,45% nas importações.

◆ As compras externas de bens de alta tecnologia recuaram de US\$ 13,953 bilhões para US\$ 13,611 bilhões. Mais uma vez, com a contribuição da indústria aeronáutica, que teve suas importações reduzidas de US\$ 3,333 bilhões para US\$ 1,809 bilhão, num tombo de 45,7%. A participação das aeronaves nas importações do setor de transformação como um todo foi reduzida de 23,9% para 13,3%.

◆ Excluído o setor aeronáutico, as importações de alta tecnologia aumentariam 14,83%, de US\$ 10,278 bilhões para US\$ 11,802 bilhões. O déficit comercial, ainda desconsiderando a indústria de aeronaves, cresceria 15,47% ao avançar de US\$ 9,582 bilhões para US\$ 11,064 bilhões.

◆ O segmento de média-alta tecnologia, que inclui fabricantes de máquinas e equipamentos em geral, produtos químicos (exceto farmacêuticos), aparelhos e instrumentos médicos, odontológicos e óticos, veículos automotores e equipamentos bélicos pesados, armas e munições, seguiu direção inversa àquela observada para os setores de alta tecnologia. As exportações sofreram baixa de 4,40%

no trimestre analisado, saindo de US\$ 9,753 bilhões para US\$ 9,324 bilhões. Mas as importações avançaram 3,64% no período, passando de US\$ 28,494 bilhões para US\$ 29,532 bilhões. Como resultado, o déficit no setor avançou de US\$ 18,741 bilhões para US\$ 20,208 bilhões, em alta de 7,83% (compensada em grande parte pela queda no déficit na alta tecnologia).

◆ Na prática, registra o Iedi, praticamente todo o crescimento do déficit na indústria de média-alta tecnologia pode ser atribuído à escalada do rombo comercial na indústria de veículos, que aumentou de US\$ 1,651 bilhão para US\$ 3,247 bilhões, num salto de 96,67% (quer dizer, em torno de US\$ 1,596 bilhão a mais). Ainda nesta área, as importações cresceram 23,6%, “tendo no desdobramento de exemplares elétricos chineses uma importante alavanca, reagindo não apenas à apreciação do real e ao dinamismo de lançamento desta indústria na China”, pondera o Iedi, acrescentando uma antecipação das compras diante do aumento para 35% das tarifas de importação sobre veículos elétricos, a vigorar em julho. **(Especial para O HOJE)**

Mercado automotivo tem melhor início de ano em mais de 1 década

O mercado automotivo brasileiro iniciou 2026 em forte expansão e alcançou o melhor desempenho para o primeiro quadrimestre dos últimos 13 anos. Entre janeiro e abril, foram comercializadas 1.734.599 unidades de veículos novos em todo o País, número que representa crescimento de 16,3% em relação ao mesmo período de 2025 e consolida um cenário de recuperação do setor. O levantamento, divulgado pela Federação Na-

cional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), reúne os emplacamentos de automóveis de passeio, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários. O resultado evidencia uma combinação de fatores que fortaleceram o mercado, entre eles maior oferta de crédito, promoções comerciais e incentivos governamentais voltados à renovação da frota.

Entre os principais motores

desse avanço está o Programa Carro Sustentável, criado pelo governo federal para estimular a aquisição de veículos mais eficientes e menos poluentes. Segundo a Fenabrave, os modelos enquadrados na iniciativa apresentaram aumento de 31,9% nas vendas desde o início da política, em julho de 2025, até abril deste ano, na comparação com o mesmo intervalo do ano anterior. **(Letícia Leite, especial para O HOJE)**

Bancada apoia o fim da escala 6x1, mas quer evitar prejuízo a empresas

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Deputados defendem redução da jornada, porém pedem incentivos e transição para proteger negócios

Bruno Goulart

A discussão sobre o fim da escala 6x1, modelo em que o trabalhador folga apenas um dia por semana, avança na Câmara dos Deputados e já mobiliza a bancada federal de Goiás. A maioria dos parlamentares do Estado sinaliza voto favorável à proposta, mas com ressalvas. O principal ponto levantado é a necessidade de medidas que reduzam o impacto econômico da mudança.

O tema ganhou força após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmar que a proposta deve ser votada antes das eleições. Segundo o deputado, não há mais espaço para adiar a análise. A expectativa é que o texto seja apreciado ainda neste mês, em 26 de maio, o que aumenta a pressão sobre deputados.

O que dizem deputados

Entre os goianos, o deputado Célio Silveira (MDB) já declarou que votará a favor do fim da escala 6x1. No entanto, o emedebista ressalta que a medida pode elevar custos para as empresas. “Vou votar a favor do fim da escala 6x1, mas precisa ver a maneira da compensação, pois vai ficar muito mais caro para o empresário. Aumenta muito a despesa. O governo precisa ver algum incentivo, senão vai quebrar muita gente”, afirma ao O HOJE.

Na mesma linha, o deputa-



A maioria dos parlamentares do Estado sinaliza voto favorável à proposta, mas com ressalvas

do Adriano do Baldy (PP) também apoia a proposta, mas defende ajustes no texto. O parlamentar do PP argumenta que é preciso proteger quem gera empregos, especialmente pequenos empresários. “Qualquer mudança na jornada precisa vir acompanhada de medidas concretas que protejam o micro e pequeno empresário”, disse. Além disso, o deputado trabalha para incluir redução de carga tributária e incentivos fiscais no texto. “Não podemos aprovar uma reforma que inviabilize negócios e destrua empregos”, completa.

Por outro lado, a deputada Adriana Accorsi (PT) apoia a proposta sem fazer ressalvas. Coautora do projeto, a petista destaca o caráter social da medida e o apoio popular. “Tenho

muito orgulho de ser uma das coautoras desta proposta, ao lado da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e do deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE)”, afirma.

Três propostas

Atualmente, pelo menos três propostas tratam do tema no Congresso. Um projeto do governo federal prevê a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de folga, no modelo 5x2. Já a proposta da deputada Erika Hilton sugere uma mudança mais ampla, com adoção da escala 4x3, e reduzir a carga para cerca de 36 horas semanais. Por fim, a proposta de Reginaldo Lopes prevê uma transição gradual para 36 horas ao longo de dez

anos, com foco no aumento da produtividade.

Segundo Adriana, a proposta representa uma conquista dos trabalhadores. “É uma construção coletiva dos movimentos sociais, sindicatos e milhões de brasileiros que sofrem com jornadas longas que adoecem e afastam da família”, diz. A petista também relaciona a medida a compromissos do governo federal com a melhoria das condições de trabalho.

Setor empresarial

Enquanto isso, o setor empresarial intensifica a pressão em Brasília. Representantes de empresas são contra a redução imediata da jornada sem corte de salários e defendem mudanças no texto. Entre as sugestões estão a criação de um

período de transição de até dez anos, a vinculação da redução a acordos coletivos e regras diferenciadas para micro e pequenas empresas. Também pedem o aumento do teto do Simples Nacional como forma de compensação.

Por outro lado, centrais sindicais defendem a aprovação da proposta sem demora. Para as entidades representantes dos trabalhadores, a redução da jornada melhora a qualidade de vida do trabalhador, reduz problemas de saúde e pode gerar novos empregos.

Atualmente, a jornada máxima semanal no Brasil é de 44 horas. A proposta mais avançada prevê a redução para 40 horas, com dois dias de descanso por semana. **(Especial para O HOJE)**

OPERAÇÃO UNHA E CARNE

Moraes mantém preso deputado do RJ e afasta imunidade

Rosinei Coutinho/STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quarta-feira (6) a manutenção da prisão preventiva do deputado estadual fluminense Thiago Rangel (Avante) e de outros seis investigados na quarta fase da Operação Unha e Carne, conduzida pela Polícia Federal (PF).

Na decisão, Moraes afastou a aplicação do artigo 102 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que prevê que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) deve decidir sobre a prisão de deputados estaduais. Segundo o ministro, a imunidade parlamentar não pode ser utilizada como “escudo protetivo” para organizações criminosas.

A prisão preventiva de Thiago Rangel foi decretada na segunda-feira (4), após pedido da PF e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Também foram presos Luiz Fernando Passos de Souza, Rui Carvalho Bulhões Júnior, Marcos Aurélio Brandão Alves, Júcia Gomes de Souza Figueiredo, Fábio Pourbaix Azevedo e Vinicius de Almeida Rodrigues.

Além das prisões, Moraes determinou o afastamento do deputado, da diretora regional de Educação Noroeste, Júcia



Gomes de Souza Figueiredo, e do chefe de gabinete Fábio Pourbaix Azevedo. Ao todo, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em 21 endereços.

Na decisão, o ministro afirmou que há necessidade de rediscutir o alcance da imunidade parlamentar estadual. Segundo Moraes, houve uma “degeneração institucional” no uso da prerrogativa.

De acordo com dados cita-

dos pelo magistrado, em 13 casos de prisão de parlamentares estaduais por crimes sem relação com o exercício do mandato, 12 tiveram as prisões revertidas pelas respectivas Assembleias Legislativas. O Estado do Rio de Janeiro concentrou oito dessas liberações.

“Total impunidade”

O documento aponta ainda que o atual modelo tem provocado “total impunidade” e

incentivado candidaturas de integrantes de facções criminosas que buscam o foro parlamentar como forma de garantir liberdade.

Para justificar o afastamento da norma estadual, Moraes utilizou o chamado “conceito orgânico do direito”, ao argumentar que a regra que submete a prisão à análise da Alerj é excepcional e não deve ser aplicada automaticamente quando desvir-

tuada de sua finalidade original, a proteção da independência do Poder Legislativo e não de crimes comuns.

Diante da gravidade do caso, o relator solicitou ao presidente do STF, Edson Fachin, a convocação de sessão virtual para que a Corte referende a decisão sobre o afastamento da regra de imunidade prevista na Constituição estadual. **(Micael Moura, especial para O HOJE)**

Ministro do STF afirmou que prerrogativa não pode servir como “escudo protetivo” para organização criminosas

Carlos Moura/Agência Senado



Presidente Lula não deve formalizar derrubada dos vetos

Davi Alcolumbre deve promulgar PL da Dosimetria no lugar de Lula

O prazo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promulgar a derrubada dos vetos do PL da Dosimetria termina nesta quarta-feira (6). O chefe do Executivo não deve assinar o termo e a responsabilidade deve ir para o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Após a comunicação oficial do Congresso sobre a derrubada dos vetos, o presidente possui 48 horas para promulgar a decisão do Legislativo, segundo a Constituição Federal. A prerrogativa de formalizar os vetos passa para o presidente da Casa Alta quando o chefe do Executivo não cumpre o prazo.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, responsável pela articulação do governo com o Congresso, sinalizou que Lula não irá promulgar os vetos. A informação é do portal G1.

A recusa de Lula acontece em razão da crise do Planalto com o Congresso. O veto do Senado à indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF), seguido da derrubada dos vetos do PL da Dosimetria, que beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), causou insatisfação entre os governistas com o Congresso.

O texto da derrubada dos vetos aconteceu um dia após a recusa a Messias. A matéria teve 318 votos favoráveis na Câmara dos Deputados e 49 no Senado. A derrubada dos vetos também beneficia os condenados pelos atos antidemocráticos do 8 de janeiro. **(Thiago Borges, especial para O HOJE)**



Esplanada

Leandro Mazzini | reportagem@colunaesplanada.com.br

Com Carol Purificação e Alexandre Braz

Que manipulação?

Que se cuidem os dirigentes do Clube Atlético Mineiro. Os investigadores da Polícia Federal estão intrigados com uma mensagem no whatsapp do “banqueiro” Daniel Vorcaro, do falido Banco Master, que é sócio da SAF do time de futebol. Numa das conversas no grupo chamado Galo Dorflex, um integrante (vamos preservar seu nome) soltou essa: “Aonde dá pra manipular, os caras fazem...”.

Todo mundo em NY

A famosa Brazil Week virou desculpa para passeios de expoentes dos três Poderes, de governos e até de prefeituras. Serão seminários em diferentes hotéis, promovidos por patotas associadas e alguns destes bancados por dinheiro público. Por lá também estarão o presidente Lula da Silva e o presidente Flávio Bolsonaro, com seus séquito. Ninguém quer perder a oportunidade de mostrar a investidores o que vem por aí.

Benzam o Congresso

Avança na Câmara dos Deputados o PL 426/2025, de autoria de Giovani Cherini (PL-RS) e relatado por Juliana Cardoso (PT-SP), que dispõe sobre o reconhecimento do trabalho dos (as) benzedeiros (as) como prática integrante da cultura popular e da Política Nacional de Educação Popular componente do SUS. A relatora foi pela aprovação. O povo agradece. Esse Congresso precisa de uma reza forte.

O STF...

O Supremo está governando o Estado do Rio de Janeiro, com ajuda do presidente do TJ, Ricardo Couto. A demora do STF em liberar a votação para decidir se haverá eleição direta ou indireta para governador tampão não deixa de ser uma ingerência política, e incomoda muito a Assembleia Legislativa do Rio – que, por lei, tem o direito de nomear o governador para o caso atual.

... governa o Rio

O ministro Flávio Dino pediu vista e sentou no processo. Votaram pela eleição indireta (via ALERJ) os ministros Luiz Fux, André Mendonça, Nunes Marques e Cármen Lúcia. Cristiano Zanin é pelo povo nas urnas. O cenário tem dois lados. Enquanto alguns apontam que o Estado nas mãos da ALERJ beneficiaria nome da centro-direita, é inegável que atual situação ajuda o candidato da centro-esquerda, Eduardo Paes (PSD).

Ah, doutora... – 2

A Coluna pediu dois esclarecimentos à advogada Ana Patrícia Leão, de Salvador: quanto teria recebido do Banco Master e quais as petições que fez para justificar os pagamentos. Nada mais do que provas de um trabalho técnico e jurídico. Ao optar por não apresentar nada, a advogada se coloca sob o mesmo radar em que já está seu parceiro Eugênio Kruschewsky, o homem de R\$ 54 milhões pagos por Vorcaro.

870 dias

A Equatorial Goiás esclarece que, no caso citado pela Coluna há dias, sobre ligação de energia em prédio novo, prevista para 870 dias, “foi apresentado ao cliente, em agosto de 2025, estudo técnico com indicação de obras estruturantes necessárias para o atendimento do empreendimento. Na data, foi assinado entre o cliente e a concessionária o Termo de Compromisso com previsão de conclusão em 2027”. E avalia a documentação para liberação da ligação o menor prazo possível.

ESPLANADEIRA

#Claudia Alaminos lança livro "Manual de sobrevivência para pais de adolescentes" (Ed. Edipro); Livraria da Travessa (SP). #15ª Semana de Leitura recebe mil alunos da rede pública na abertura no Theatro Municipal de SP. #Nissan inaugurou concessionária em Barra Mansa (RJ), onde são produzidos SUVs Kicks e Kait. #Revista Justiça & Cidadania promove 12ª edição da Caravana da Cooperação Judiciária, hoje, na EPM-SP. #Chamada pública Brasilidades & Futuros seleciona projetos culturais; Inf: tinyurl.com/3kajk5s5. #Fabiana Milanez lança “A Última Viagem”, hoje, na Livraria da Vila (SP). **(Especial para O HOJE)**

Delúbio: “Eu para a Câmara e Benedita para o Senado pelo Brasil do Futuro”

Com cerca de mil apoiadores, sindicalista recebeu simpatizantes do partido em Goiás com foco na formação de planque forte no Estado para reeleger Lula

Marina Moreira

A formação de planque em Goiás para o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por meio da definição de um nome para o Executivo estadual é algo cada vez mais adiado. No entanto, enquanto o diretório estadual do partido ainda não confirma tal informação, membros da legenda organizam eventos de lançamento de pré-candidatura para as eleições de outubro.

Na última quarta-feira (6), foi a vez do sindicalista, ex-tesoureiro e fundador do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Delúbio Soares, que realizou o lançamento de sua pré-candidatura a deputado federal e foi responsável por lotar o teatro da FacUnicamps, que possui capacidade de uma plateia de mais de mil espectadores, público esse composto por apoiadores e lideranças da sigla.

O espaço contou com a presença da deputada federal e pré-candidata ao Senado pelo Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT), considerada uma grande aliada de Delúbio. Também estiveram no lançamento

membros e simpatizantes da sigla que vieram de Brasília, Jataí, Porangatu, Senador Canelo, Santa Terezinha de Goiás, Guapó, entre outras cidades e regiões do Estado.

“Eu acho muito importante a gente ter uma integração nacional. Por isso, eu coloquei meu nome à disposição do partido, para fortalecer a campanha do presidente Lula. Eu para a Câmara dos Deputados e a Benedita para o Senado para juntos construirmos o Brasil do Futuro”, ressaltou Delúbio durante coletiva, pouco antes do lançamento de sua pré-candidatura.

Expectativas à mil

Ao ser questionada pelo jornal O HOJE sobre como a base de Lula pretende se reorganizar caso o presidente não seja reeleito, Benedita foi enfática. “Não tem possibilidade do presidente Lula não ser reeleito, pois é preciso considerar as entregas que ele fez, a consciência de que temos um governo melhor, democrático, um governo do desenvolvimento. Então, a possibilidade de não ser reeleito não existe”, destacou Benedita, líder his-



Amiga de Delúbio e líder histórica do PT, Benedita da Silva (PT-RJ) prestigiou o lançamento em Goiânia

tórica do partido no País.

Sobre a derrubada do veto do presidente ao Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, mudança que deve beneficiar envolvidos no ataque à sede dos Três Poderes em 2023, Benedita afirmou que “a derrubada do veto do presidente não foi uma derrota para Lula, mas para o povo brasileiro, pois isso permite com que a bandagem fique solta”.

A proposta de encontro foi de proporcionar um espaço para diálogo com a população, reunião de demandas e sugestões capazes de contribuir com ações voltadas para o desenvolvimento de Goiás. Entretanto, o entendimento é que

eventos como esse colaboram para o desdobramento dos próximos capítulos da novela que revela aos poucos o futuro imprevisível do partido de Lula no Estado.

Faz tempo que os prováveis nomes que o PT goiano pode lançar na disputa para o Executivo estadual giram em torno do jornalista Cláudio Curado, do ex-deputado estadual Luis César Luiz e do advogado Valério Luiz Filho.

Por outro lado, há uma tarefa talvez mais prioritária do que a definição de um nome para o comando do Palácio das Esmeraldas, que é o ganho de mais cadeiras na Câmara dos Deputados. Hoje, o PT goia-

no tem duas vagas de deputado estadual, com Adriana Accorsi e Rubens Otoni.

A pré-candidatura de Delúbio surge como uma ação de enfrentamento a esse desafio, mas ainda é vista com dúvidas quanto à potencialidade do aliado de Lula de conseguir ocupar uma terceira vaga na Câmara, uma vez que Adriana e Rubens sinalizam interesse em disputar a reeleição. Lula convidou Adriana Accorsi para uma conversa em Brasília e tentou convencer a deputada, que mira na reeleição na Câmara, a entrar na disputa pelo Governo do Estado a pedido do petista. **(Especial para O HOJE)**

Léo Iran

Celina promete corrigir salários de professores e anuncia 718 nomeações

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília

Reunião com Sinpro-DF e Gabriel Magno definiu prazos para pagamentos atrasados, ajustes no EducaDF e novas contratações

Thais Muniz

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), se reuniu nesta quarta-feira (6) com o deputado distrital Gabriel Magno (PT) e representantes do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) para tratar de uma série de reivindicações da categoria. Entre os principais encaminhamentos, o governo informou que fará ainda nesta semana o pagamento complementar para corrigir falhas salariais registradas nos últimos meses, além de confirmar a nomeação de 718 profissionais da educação até o fim de maio.

Durante o encontro, os erros nos contracheques dos professores ocuparam parte central da discussão. Segundo Gabriel Magno, o governo informou que os ajustes já foram processados e devem ser pagos por meio de folha suplementar. “Eles estão dizendo que já corrigiram os erros. Vamos esperar para saber como será o processamento”, declarou o deputado após a reunião em entrevistas.

Outro ponto tratado foi a instabilidade no sistema EducaDF, alvo de reclamações por



GDF informou que fará nesta semana o pagamento complementar para corrigir falhas salariais

dificultar o lançamento de notas e o fechamento do primeiro bimestre nas escolas da rede pública. Diante das cobranças apresentadas, o governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para solucionar problemas de acesso e inconsistências na plataforma até a próxima semana.

Além das questões operacionais, Celina Leão também discutiu demandas administrativas relacionadas aos contratos temporários. O tema da validade dos atestados médicos, previsto em acordo firmado durante a greve de 2023, será encaminhado para análise

técnica. Até o momento, não houve definição de prazo para essa avaliação.

Discussão do auxílio-alimentação

Na área de benefícios, a governadora informou que a situação financeira do Distrito Federal exige cautela, mas aceitou discutir o reajuste do auxílio-alimentação destinado aos professores. Paralelamente, o Palácio do Buriti e o Banco de Brasília (BRB) trabalham na elaboração de um programa voltado a servidores públicos endividados.

A reunião também incluiu

a possibilidade de negociação sobre as multas aplicadas durante a última paralisação da categoria. A proposta discutida prevê buscar um acordo para encerrar a disputa relacionada às penalidades.

Sobre a reestruturação da carreira do magistério, Celina Leão informou que o tema depende de organização fiscal antes de qualquer avanço. Segundo o relato apresentado por Gabriel Magno, a governadora indicou que mudanças com impacto direto no orçamento exigem planejamento financeiro prévio. **(Especial para O HOJE)**

ECONOMIA

CLDF prorroga incentivos fiscais até fim de 2026

Carlos Gandra/Agência CLDF

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou nesta terça-feira (5) uma série de projetos que impactam áreas como economia, saúde, mobilidade, cultura e gestão pública. Entre as medidas, ganhou destaque o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 451/2026, que prorroga até 31 de dezembro de 2026 benefícios fiscais de ICMS para 42 convênios ligados a setores como educação, saúde, transporte público, pesquisa, assistência social e indústria.

O texto recebeu 19 votos favoráveis e mantém incentivos já existentes, sem ampliar o alcance das regras atuais. Segundo o Governo do Distrito Federal (GDF), autor da proposta, “se trata de prorrogação de benefícios já existentes, sem ampliação material de seu alcance”. Ainda de acordo com o Executivo, o impacto financeiro já estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026.

Entre os convênios prorrogados estão isenções para medicamentos, equipamentos de ensino e pesquisa, peças aeronáuticas, transporte escolar, materiais de construção, itens para pessoas com deficiência e insumos voltados ao sistema público.

Além da pauta fiscal, os distritais aprovaram em primeiro turno o Projeto de Lei nº 2231/2025, de autoria do deputado Roosevelt Vilela (PL), que dispensa a exigência de



Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para determinadas atividades rurais no DF. A proposta, segundo o texto, busca fortalecer a logística e o escoamento da produção rural.

Contrários à matéria

Parlamentares da oposição se posicionaram contra a matéria durante a sessão e apontaram preocupações relacionadas a possíveis impactos ambientais, mas o projeto avançou na votação.

Outras propostas também passaram pelo plenário. Entre elas, o PL 351/2019, do deputado João Cardoso (PL), que cria meia-entrada em eventos para frentistas e rodoviários,

e o PL 1.022/2024, de Wellington Luiz (MDB), que inclui o Dia do Krav Magá no calendário oficial do DF.

Os deputados ainda aprovaram o PL nº 1991/2025, de Ricardo Valle (PT), que reconhece a Feira do Guará como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal. Já a PELO nº 15 garantiu aos integrantes da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental o status de carreira típica de Estado, com independência funcional em atribuições ligadas à formulação, implementação e revisão de políticas públicas.

Tabela SUS-DF gera debate e

votação é adiada

Também entrou em discussão o projeto do GDF que cria a Tabela Diferenciada para Remuneração de Serviços Assistenciais de Saúde no Distrito Federal, conhecida como Tabela SUS-DF. A proposta prevê o pagamento à iniciativa privada quando a rede pública não conseguir suprir a demanda e houver impossibilidade comprovada de ampliação da estrutura estatal.

A votação, no entanto, foi adiada para a próxima semana após debates entre parlamentares da base e da oposição. A deputada Dayse Amarílio (PSB) afirmou ter “preocupação com o projeto apresentado pelo

Medida mantém benefícios de ICMS para 42 convênios ligados a setores como saúde, educação, transporte, pesquisa e produção, enquanto plenário também avançou em outras propostas

GDF” e questionou critérios futuros da remuneração. “Como é que vai ser feita esta tabela? Brasília não pode ser comparada a um pequeno município, pois temos muitas especificidades”, declarou.

Já o deputado Jorge Vianna (Democrata) defendeu a proposta e afirmou que “a bandeira da saúde é branca”. Segundo o parlamentar, “não existem hoje condições de atender toda a população com os equipamentos públicos existentes”. Vianna disse ainda que o modelo segue referência semelhante à adotada em São Paulo para contratação suplementar de serviços privados. **(Thais Muniz, especial para O HOJE)**

Defesa de Vorcaro entrega proposta de delação à PF e cita políticos

Ex-banqueiro preso por suspeita de fraudes bilionárias no mercado financeiro apresentou material à PF e à PGR

Micael Moura

A defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro entregou à Polícia Federal (PF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma proposta de delação premiada relacionada às investigações do caso Master, que apura suspeitas de fraudes bilionárias no sistema financeiro.

O material foi encaminhado às autoridades em um pen drive e já está em fase de análise. A PF e a PGR agora avaliam se as informações apresentadas trazem provas inéditas e elementos relevantes para os inquéritos. Segundo investigadores, essa etapa pode durar mais de dois meses.

A proposta foi organizada em anexos divididos por personagens citados nas investigações. Conforme apurado pela imprensa, Vorcaro detalha encontros, viagens, festas e reu-



Divulgação

O material foi encaminhado às autoridades em um pen drive e já está em fase de análise

niões com políticos, o que inclui datas, horários e cidades.

Pessoas com acesso ao conteúdo afirmam que a delação menciona nomes ligados à direita, à esquerda e principalmente ao centro político.

Depoimentos

Após a análise inicial, PF e PGR devem começar a colher depoimentos do ex-ban-

queiro para estruturar oficialmente o acordo de colaboração, que posteriormente será enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em março, Vorcaro foi transferido do presídio federal de Brasília para a Superintendência da PF, justamente para negociar a delação. Depois de cerca de um mês e meio de reuniões frequentes com os advogados,

a proposta foi concluída.

Lula e Flávio

Segundo fontes ligadas ao caso, os pré-candidatos à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) não são citados no material. Também estariam fora da proposta nomes como Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (PSD), Augusto Cury

(Avante), Renan Santos (Missão) e Aldo Rebelo (Democracia Cristã). No entanto, um ex-candidato atualmente inelegível apareceria em um dos anexos.

Daniel Vorcaro foi preso preventivamente pela segunda vez em 4 de março, em São Paulo. O cunhado dele, Fabiano Zettel, também foi detido e permanece preso. **(Especial para O HOJE)**

GRUPO
O HOJE

11:49
JORNAL O HOJE
+55 00 0000-0001, +55 00 0000-0001, +5...

20 páginas • 9,8 MB • PDF
Confira a edição do dia! Só com aqui com O
Hoje você tem a notícia na hora. 06:02 ✓

Bom dia!
Segue sua edição do jornal O Hoje! 10:33

Políticos colhe frutos de gestão bem avaliada
O HOJE 20

Jornal-O-Hoje_2024_07_17.pdf
20 páginas • 9,8 MB • PDF
Confira a edição do dia! Só com aqui com O
Hoje você tem a notícia na hora. 06:02 ✓

Quer receber a edição digital do jornal O Hoje direto no seu WhatsApp? Clique aqui e receba o conteúdo com acesso ilimitado e assinatura sem custo. 06:02 ✓

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.



Novo HUB vai reunir pesquisadores, produtores, empresas e órgãos públicos em projetos voltados ao desenvolvimento de remineralizadores de solo e fertilizantes naturais

HUB quer desenvolver fertilizantes e fortalecer autonomia no agronegócio

Parceria entre Estado, UFG, Embrapa Cerrados e Cefenp pretende reduzir dependência de importados

Anna Salgado

No dia 6 de maio de 2026, o Estado de Goiás deu um passo importante na área de inovação voltada ao agronegócio e à indústria mineral com o lançamento oficial do HUB GO Agrominerais – Cefenp. A iniciativa, desenvolvida em parceria entre o Governo de Goiás, a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Embrapa Cerrados e o Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas (Cefenp), surge em meio ao debate sobre a forte dependência brasileira de fertilizantes importados, que atualmente supera 80% do consumo nacional e impacta diretamente os custos de produção agrícola no País. O cenário também ganhou relevância após oscilações recentes no mercado internacional de insumos, que afetaram diretamente produtores rurais brasileiros.

O HUB GO Agrominerais foi estruturado para atuar no desenvolvimento de insumos minerais voltados à agricultura, especialmente remineralizadores de solo e fertilizantes naturais produzidos a partir de rochas e coprodutos da mineração. A proposta busca alternativas para reduzir custos de produção no campo e ampliar práticas ligadas à susten-



Fotos: Comunicação Setorial/SIC-GO e Secom/UFG

Com investimento de R\$ 28 milhões, Centro de Ciências e Tecnologia Mineral da UFG terá laboratórios e estruturas voltadas a estudos sobre terras-raras

tabilidade e à economia circular, em um contexto de crescente pressão internacional por cadeias produtivas mais sustentáveis. O projeto também pretende incentivar soluções voltadas à segurança alimentar e à maior autonomia produtiva do agronegócio brasileiro.

O projeto pretende aproximar pesquisa científica, setor produtivo e políticas públicas ligadas à mineração e ao agronegócio. A expectativa é que o HUB funcione como um espaço permanente de desenvolvi-

mento tecnológico, reunindo pesquisadores, empresas, produtores rurais e órgãos públicos em torno da criação de soluções voltadas ao aproveitamento de recursos minerais existentes em Goiás. A iniciativa também busca ampliar a transferência de conhecimento científico para o setor produtivo, aproximando universidades e empresas ligadas à cadeia mineral e agrícola.

A iniciativa reúne pesquisadores de áreas como geologia, agronomia, química, en-

genharias e ciências ambientais. Segundo a reitora da UFG, Sandramara Matias Chaves, o objetivo é fortalecer a produção científica voltada à diminuição da dependência de insumos importados. Para isso, o governo estadual firmou um convênio de R\$ 28 milhões destinado à criação do Centro de Ciências e Tecnologia Mineral, na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UFG), no campus de Aparecida de Goiânia.

Os recursos devem ser aplicados na construção de labo-

ratórios, compra de equipamentos e execução de projetos ligados ao programa Cluster Mineral. A proposta está relacionada às diretrizes do Plano Estadual de Recursos Minerais (PERM 2050) e do Programa Goiano de Remineralizadores (PROREM-GO). De acordo com Tiago dos Santos Almeida, diretor da FCT/UFG, o centro atuará em pesquisas de caracterização mineral, geoquímica de depósitos e implantação de plantas experimentais voltadas a minerais estratégicos e agrominerais. Parte das pesquisas também deverá envolver estudos laboratoriais e testes de aplicação em áreas agrícolas experimentais.

Entre as linhas de pesquisa previstas estão estudos relacionados ao reaproveitamento de resíduos minerais, desenvolvimento de novas rotas tecnológicas e avaliação do potencial geológico goiano para produção de fertilizantes alternativos. A estrutura também deverá atender pesquisas voltadas à recuperação de áreas impactadas pela mineração e à utilização de subprodutos minerais na agricultura. Pesquisadores apontam que o reaproveitamento de resíduos pode reduzir desperdícios e diminuir impactos ambientais associados à atividade mineral.

Terras-raras colocam Estado na mineração global

Além da produção agrícola, Goiás também amplia sua participação no setor de minerais considerados estratégicos no cenário internacional. A mina Pela Ema, operada pela Mineradora Serra Verde, em Minaçu, produz terras-raras pesadas, como disprósio e térbio, utilizadas em setores ligados à tecnologia, veículos elétricos e energias renováveis. Esses minerais são considerados essenciais para cadeias industriais de alta tecnologia e vêm ganhando relevância geopolítica nos últimos anos devido à concentração da produção mundial em poucos países. A

demanda global por esses elementos tem crescido impulsionada pela expansão das indústrias de transição energética e inovação tecnológica.

A presença desses minerais em território goiano amplia o interesse econômico sobre o setor mineral do Estado e fortalece discussões sobre industrialização, exportação e desenvolvimento tecnológico. Especialistas apontam que a exploração de terras-raras pode abrir novas frentes econômicas para Goiás, mas também levanta debates relacionados ao impacto ambiental da atividade mineral e à ne-

cessidade de fiscalização. O avanço da atividade mineral também reacende discussões sobre infraestrutura logística e qualificação de mão de obra especializada.

O governo estadual informou que pretende ampliar o mapeamento mineral e desenvolver pesquisas voltadas ao reaproveitamento de resíduos da mineração e recuperação de bens minerais. O tema passa a integrar os estudos do novo centro vinculado à UFG, com foco em alternativas consideradas mais eficientes para exploração mineral e redução de impactos ambientais. A pro-

posta inclui ainda estudos relacionados à inovação industrial e à agregação de valor aos recursos minerais extraídos em Goiás.

O lançamento do HUB Agrominerais ocorre pouco mais de um mês após Daniel Vilela assumir o Governo de Goiás, em 31 de março de 2026, após a saída de Ronaldo Caiado. A nova gestão tem apresentado propostas voltadas à digitalização de serviços públicos e integração tecnológica entre diferentes áreas da administração estadual.

Entre os projetos em elaboração está a criação da Goiás

Tecnologia, empresa estatal que deverá surgir a partir da incorporação reversa da Goiás Telecom pela Planalto Solar Park. A proposta prevê integração de plataformas digitais das secretarias estaduais, além da gestão de infraestrutura de fibra óptica e geração de energia fotovoltaica.

Segundo o governo, a empresa deverá centralizar serviços tecnológicos utilizados pela administração pública estadual e ampliar a integração de sistemas voltados à gestão pública e inovação tecnológica. (Especial para O HOJE)

Divulgação



Categoria cobra piso, progressões e direitos atrasados, enquanto prefeituras tentam evitar deflagração de greves

Goiânia e Aparecida podem ter paralisação na educação após decisão de greve

Renata Ferraz

As redes municipais de Educação de Goiânia e Aparecida de Goiânia vivem um momento decisivo. Nesta quinta-feira (7), trabalhadores da Educação se reúnem em assembleias que podem definir a deflagração de greve nas duas cidades. O movimento ocorre em meio à insatisfação da categoria com a falta de avanços nas negociações com as prefeituras, especialmente em relação a direitos salariais e estruturais.

Em Goiânia, a assembleia deve acontecer no CEPAL do Setor Sul, reunindo professores e servidores administrativos. Já em Aparecida, o ato vai ocorrer em frente à Secretaria Municipal de Educação, com paralisação prevista durante a mobilização. A expectativa é de adesão significativa, já que, segundo o sindicato, o diálogo com as gestões não trouxe respostas concretas até o momento.

A categoria afirma que há mais de um ano tenta negociar pautas consideradas essenciais. Entre elas estão o pagamento do piso salarial dos professores, a regularização das progressões de carreira, o cumprimento da data-base e a aplicação de leis recentes que tratam do enquadramento e do descongelamento funcional. A demora nas respostas tem intensificado o clima de tensão às vésperas da decisão.

Impactos imediatos e incertezas nas escolas

Caso a greve seja aprovada, o impacto será direto na rotina de milhares de alunos e famílias. A paralisação pode atingir desde a Educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental, com possibilidade de suspensão total ou parcial das aulas. Ainda não há definição oficial sobre a manutenção de serviços essenciais, o que aumenta a preocupação de pais e responsáveis.

Historicamente, movimentos semelhantes mostram que a adesão costuma variar entre unidades. Algumas escolas conseguem manter funcionamento parcial, enquanto outras interrompem completamente as atividades. Isso cria um cenário desigual dentro da própria rede, dificultando o planejamento das famílias e ampliando o risco de prejuízos no calendário escolar.

Outro ponto de atenção é o atendimento em creches e CMEIs, onde a paralisação pode gerar impacto ainda maior, já que muitas famílias dependem diretamente desse serviço para trabalhar. Sem um plano emergencial definido, cresce a incerteza sobre como a rede municipal irá garantir o mínimo funcionamento durante o movimento.

Negociações travadas e cenário de repetição

Apesar da pressão, as prefeituras tentam evitar a paralisação. Em Goiânia, representantes do sindicato estiveram reunidos recentemente com a Secretaria Municipal de Educação, mas classificaram o encontro como insuficiente para avançar nas pautas. Em Aparecida, a situação é semelhante: mesmo após reuniões, a categoria afirma que não houve proposta concreta que atenda às demandas.

Entre os pontos mais críticos estão o pagamento de direitos acumulados, a recomposição salarial e a valorização dos servidores administrativos, que também integram o movimento. Além disso, questões como terceirização de serviços e benefícios, como auxílio-alimentação, entram na pauta e ampliam o debate sobre as condições de trabalho na rede pública.

O cenário atual também remete a um histórico recente de greves na educação municipal. Nos últimos anos, trabalhadores já cruzaram os braços em diferentes momentos, o que evidencia um problema recorrente na relação entre servidores e gestão pública. Agora, a nova assembleia pode marcar mais um capítulo dessa disputa.

Diante disso, a decisão desta quinta-feira ganha peso não apenas para os trabalhadores, mas também para toda a comunidade escolar. Se a greve for confirmada, a paralisação deve começar imediatamente ou nos dias seguintes, afetando o funcionamento das escolas e exigindo respostas rápidas das prefeituras. Até lá, o clima é de expectativa e incerteza sobre os próximos passos da educação nas duas cidades. **(Especial para O HOJE)**



Jurídica

Manoel L. Bezerra Rocha | juridica@ohoje.com.br

Depósito judicial em ação de execução não é transferível para juízo da falência

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, com a superveniência da falência da devedora, os valores depositados em uma ação de execução não devem ser transferidos ao juízo falimentar universal. O relator do recurso, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, lembrou que, conforme decidido pela Corte Especial, o depósito judicial realizado a título de garantia não equivale a pagamento enquanto houver discussão sobre o valor devido. Por outro lado, o ministro ressaltou que, no caso em análise, os embargos à execução transitaram em julgado poucos dias antes da decretação de falência. Segundo explicou, nessas circunstâncias, cabe ao juízo da execução expedir o mandado de levanta-

mento. "Somente quando é decretada a falência é que se instaura, por força de lei, o juízo universal", afirmou o relator. Villas Bôas Cueva enfatizou que, com o trânsito em julgado dos embargos, não há impedimento para a entrega do dinheiro ao exequente, bastando a confecção do mandado de levantamento, em consonância com o artigo 904, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC). Para o relator, quando a discussão sobre o valor já está encerrada, o depósito se converte em cumprimento da obrigação, não havendo valores a serem transferidos ao juízo falimentar. "A falência não tem força para desconstituir pagamentos realizados licitamente antes da sua decretação", concluiu o ministro.

Injúria racial

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou um município a pagar R\$ 5 mil de indenização a um pedreiro que foi vítima injúria racial praticada por um subordinado. O colegiado aplicou a jurisprudência que responsabiliza o ente público quando o dano moral decorre da falha em garantir condições ade-

quadas no ambiente de trabalho. O relator do recurso, ministro Lelio Bentes Corrêa, ressaltou que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o ente público não responde automaticamente pelos encargos trabalhistas de terceirizados, a não ser que fique comprovada sua conduta omissiva ou comissiva.

Discriminação

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5645/25, que estabelece a altura mínima para candidatos ao ingresso em cargos de natureza operacional do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), de 1,60 m para o sexo

masculino e de 1,55 m para o sexo feminino. A proposta aprovada altera a Lei 14.965/24, que trata das normas gerais para concursos públicos. Conforme o texto, a exigência não se aplicará aos demais cargos do quadro de pessoal das forças de segurança pública.

TRF1 mantém sentença contra Infraero e Bradesco por extravio de bagagens

A 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a sentença que condenou solidariamente a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e a Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros à reparação de danos materiais decorrentes do extravio de alimentadores de componentes eletrônicos armazenados em terminal aéreo. O colegiado negou provimento ao recurso da seguradora litisdenunciada, ratificando sua responsabilidade solidária perante a Infraero. O relator, desembargador federal Pablo Zuniga Dourado, fundamentou que a Infraero detém o dever

jurídico de zelar pela integridade dos bens armazenados em áreas sob sua administração. Essa obrigação de guarda e conservação é inerente à condição de fiel depositária atribuída à empresa pública pela Lei nº 5.862/1972, abrangendo o período entre o desembarque da mercadoria e sua entrega final. Conforme assentado no voto, o nexo de causalidade restou configurado, uma vez que o extravio ocorreu em recinto sob controle exclusivo da Infraero, sendo inviável afastar a responsabilidade com base em ilações de que a própria requerente teria substituído as peças.

RÁPIDAS

➡ **Tribunal de Justiça de Santa Catarina** - A aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde, ainda que repassados na modalidade fundo a fundo aos municípios, atrai a competência da Justiça Federal. A União mantém interesse na fiscalização dessas verbas, o que justifica o deslocamento de ações penais sobre fraudes nesses contratos. **(Especial para O HOJE)**

Operação mira emboscada entre torcidas que causou uma morte

A Polícia Civil de Goiás (PC-GO) deflagrou, na manhã desta quarta-feira (6), a Operação Emboscada para cumprir mandados judiciais contra suspeitos de envolvimento em um ataque entre torcidas organizadas que terminou com a morte de um adolescente e deixou outro jovem gravemente ferido. A ação foi conduzida pela Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH) e incluiu ordens de prisão temporária e busca e apreensão. Segundo as investigações, o crime ocorreu em um contexto de rivalidade entre torcidas. Torcedores

que retornavam de um evento esportivo em um ônibus coletivo foram surpreendidos por integrantes de um grupo rival, que já aguardavam estrategicamente nas proximidades. O ataque foi coordenado e contou com o uso de rojões, paus, pedras, armas brancas e disparos de arma de fogo.

Durante a emboscada, um adolescente de 17 anos foi atingido por tiros e morreu ainda no local. Já um jovem de 20 anos foi ferido com golpe de arma branca na região do tórax. Ele sofreu lesões graves, com risco concreto de morte,

e precisou passar por cirurgia de emergência. Com o avanço das apurações, a Polícia Civil identificou os possíveis envolvidos e solicitou à Justiça a adoção de medidas cautelares. Durante o cumprimento dos mandados, quatro investigados foram presos, apontados como participantes diretos da ação criminosa. A corporação destacou que o caso segue em investigação e que novas diligências não estão descartadas. A divulgação das imagens dos detidos foi realizada dentro dos parâmetros legais. **(Renata Ferraz, especial para O HOJE)**



Ministro Edson Fachin defende ampliação da denominada Justiça Restaurativa

O presidente do CNJ e do STF, ministro Edson Fachin, defendeu a ampliação da Justiça Restaurativa no sistema criminal brasileiro e afirmou que o país vive um momento de mudança paradigmática na forma de enfrentar conflitos e responsabilizar condutas delitivas. A Justiça Restaurativa é um conjunto de ações que busca o diálogo para atender às necessidades da vítima, responsabilizar o ofensor e prevenir a reincidência dos crimes.

Operação Destroyer desarticula braço de facção do RJ em nova fase

140 policiais civis foram mobilizados para cumprir mandados de busca e prisão em cinco cidades goianas

João César Almeida

A Polícia Civil de Goiás (PC-GO) deflagrou, nesta quarta-feira (6), a quinta fase da Operação Destroyer – Overwatch, ampliando o combate às facções criminosas que atuam na Região Metropolitana de Goiânia e em cidades do interior do Estado. A ação mobilizou mais de 140 policiais civis no cumprimento de dezenas de mandados de busca e prisão relacionados a crimes como organização criminosa armada, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

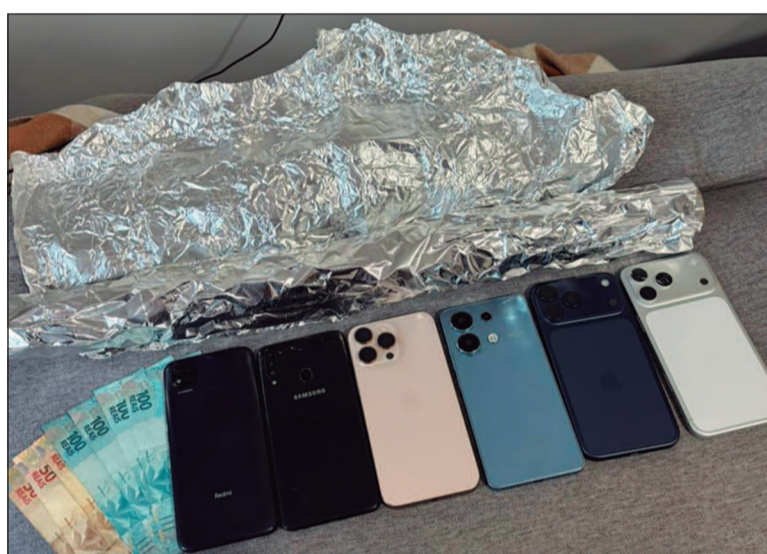
A ofensiva ocorre de forma simultânea em municípios estratégicos, como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Bonfinópolis, Jataí e Porangatu, com foco na desarticulação de núcleos criminosos que vinham sendo monitorados há meses pelas equipes de investigação. Segundo a corporação, a operação é resultado de um trabalho contínuo de inteligência e vigilância, voltado a impedir a expansão de grupos organizados no território goiano.

As investigações identificaram a atuação de um braço de facção criminosa com origem no Rio de Janeiro, que tentava se consolidar principalmente em Aparecida de Goiânia. O grupo era estruturado com divisão de funções e possuía um líder regional responsável por coordenar as atividades ilícitas. Entre suas atribuições estavam a distribuição de drogas para traficantes locais, a articulação de esquemas de lavagem de dinheiro e o repasse de ordens vindas de lideranças fora do Estado.

De acordo com a Polícia Civil, esse líder também utilizava familiares para movimentar



Desde a primeira etapa da Operação Destroyer, mais de R\$ 235 milhões em bens já foram bloqueados



Desde o início da operação, as forças de segurança já somam 129 prisões em 2026

valores ilícitos, prática comum em organizações criminosas para dificultar o rastreamento financeiro. Além disso, havia indícios de envolvimento do grupo em crimes mais violentos, como sequestros e punições impostas dentro do chamado “tribunal do crime”, mecanismo utilizado por facções para controlar territórios e impor regras internas.

Durante a apuração, os investigadores também identificaram elementos que evi-

denciam a tentativa de construção de poder simbólico por parte do grupo. Um dos exemplos foi a descoberta de uma música produzida em homenagem ao líder regional, exaltando sua atuação criminosa. Em um vídeo obtido pela polícia, o investigado aparece ostentando uma arma de fogo enquanto a música é reproduzida, reforçando a estratégia de intimidação e afirmação de influência na região.

Ao todo, além do líder, ou-

tras dez pessoas foram presas nesta fase da operação, suspeitas de integrar a organização criminosa. Os investigados estariam envolvidos diretamente na execução das ordens, no tráfico de drogas, no comércio ilegal de armas e em práticas de lavagem de dinheiro. A maioria deles já possuía antecedentes criminais, o que reforça a reincidência e a complexidade da atuação dessas redes.

A Operação Destroyer faz parte de uma estratégia mais ampla de enfrentamento ao crime organizado em Goiás e está inserida na Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas, que articula ações em diferentes Estados do País. A iniciativa busca promover uma resposta integrada e coordenada contra facções que atuam de forma interestadual.

Desde o início das ações, ainda em 2023, a operação tem acumulado resultados expressivos. Dados do Governo de Goiás indicam que, ao longo das diferentes fases, já foram cumpridos 129 mandados de

prisão apenas em 2026, além do bloqueio de mais de R\$ 235 milhões em bens ligados às organizações criminosas. Também foram apreendidos veículos, imóveis e até aeronaves utilizadas pelos grupos.

A ofensiva surgiu a partir de investigações relacionadas ao aumento de homicídios em algumas regiões do Estado, especialmente ligados à disputa entre facções pelo controle do tráfico de drogas. Segundo apurações, integrantes dessas organizações invadiam residências de traficantes independentes e os obrigavam, mediante violência, a comercializar drogas fornecidas pelo grupo, ampliando sua rede de atuação.

Com a quinta fase da operação, a Polícia Civil reforça a estratégia de atuação contínua, com foco não apenas na repressão, mas também na desestruturação financeira e logística das facções. A expectativa é de que novas etapas sejam realizadas, ampliando o alcance das investigações e consolidando o enfrentamento ao crime organizado em Goiás. **(Especial para O HOJE)**

AÇÃO UNIFICADA

Rede de Proteção à Mulher será integrada e humanizada

O prefeito Sandro Mabel assinou, nesta quarta-feira (6), no Paço Municipal, o documento que cria a Rede de Proteção à Mulher em Goiânia. Também foi institucionalizada a Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência, que prevê atendimento contínuo, humanizado e articulado, com foco na redução da revitimização e no fortalecimento da rede pública de acolhimento. Segundo Mabel, a proposta integra serviços municipais, estaduais e federais para garantir atendimento imediato às vítimas. “Goiânia será referência para o Brasil. Estamos criando uma rede de proteção com acolhimento completo, desde a denúncia até proteção, abrigo, alimentação, acompanhamento psicológico e prevenção.”

A consultora do Ministério da Saúde e especialista da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS), Cheila Marina de Lima, afirmou que a prefeitura institucionaliza a rede de

atenção às pessoas em situação de violência após 26 anos de debates sobre o tema. A promotora Carla Brant, coordenadora do Grupo de Atuação Especial na Proteção da Mulher (Gae-mulher), classificou o momento como histórico e destacou que Goiânia pode se tornar referência nacional no enfrentamento à violência contra mulheres.

Dados apresentados indicam 2.888 casos registrados entre janeiro e outubro de 2025. Apenas em março de 2026, foram 965 notificações. O levantamento aponta que metade das vítimas morreu até 32 dias após a notificação e 25% em até três dias. Mulheres encaminhadas corretamente à rede de proteção têm redução de 64% no risco de feminicídio. O secretário municipal de Saúde, Luiz Pellizzer, informou que todas as unidades de urgência da Capital terão um Consultório Lilás, voltado ao acolhimento dessas mulheres.



Estrutura reúne órgãos municipais, estaduais e federais para atendimento humanizado e redução da violência contra mulheres

A Rede de Proteção às Mulheres reúne instituições como o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO), Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM-GO), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), Universidade Federal de Goiás (UFG), além de órgãos municipais, estaduais e entidades

de defesa dos direitos das mulheres. A gestão municipal, com a Rede de Atenção a Vítimas de Violência, busca integrar, agilizar e humanizar o atendimento contínuo a vítimas de todas as idades e perfis (mulheres, crianças/adolescentes, idosos, PCDs, LGBTQIAPN+, povos originários, migrantes e pessoas em situação de rua). A secretária municipal de Po-

líticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, Eerizania de Freitas, afirmou que a proposta prevê a participação integrada de todos os órgãos ligados às políticas setoriais. “Para que a gente estude caso a caso e possa propor avanços”, disse.

A juíza Hanna Lídia Rodrigues, titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Goiânia, ressaltou a importância da iniciativa. “O trabalho começou agora e é árduo. Cada segmento de vulnerabilidade necessita de atenção e escuta especial, além de serviços públicos em áreas diversas”, afirmou. A rede terá atuação nos setores de saúde, assistência social, políticas para mulheres, educação, Conselho Tutelar, direitos humanos, Ministério Público, Tribunal de Justiça e segurança pública). A rede focará na vigilância, prevenção e monitoramento. **(Micael Moura, especial para O HOJE)**

Agenda de Lula nos EUA ocorre após boatos sobre PCC e CV

Os líderes se encontram em Washington após meses de contatos, articulações e tensões diplomáticas entre os governos

Lalice Fernandes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) embarcou nesta quinta-feira (6) para os Estados Unidos para se reunir com o presidente Donald Trump nesta quinta-feira (7), em Washington. O encontro ocorre em meio aos boatos de que o governo norte-americano analisa classificar as facções brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas.

A reunião, que deve ser a única agenda de Lula no país, tem retorno previsto para sexta-feira (8) e foi adiada anteriormente por causa da guerra no Oriente Médio. A possibilidade de classificação foi revelada em março pelo jornal The New York Times, que informou que o Departamento de Estado analisava a medida. Segundo a publicação, a discussão já vinha sendo ventilada desde 2025, quando o governo Trump intensificou ações contra cartéis de drogas na América Latina.

Na terça-feira (5), a Casa Branca anunciou uma nova estratégia nacional de combate ao terrorismo, assinada por Trump. O diretor sênior de contraterrorismo do Conselho



Ricardo Stuckert/PR

Viagem ocorre após rumores de que Washington avaliaria classificar facções brasileiras como terroristas

de Segurança Nacional, Sebastian Gorka, afirmou na quarta-feira (6) que o plano inclui a atuação direta contra cartéis e organizações criminosas.

“Nossa nova estratégia de contraterrorismo prioriza, em primeiro lugar, a neutralização de ameaças terroristas hemisféricas por meio da incapacitação das operações dos cartéis até que esses grupos sejam incapazes de levar suas drogas, seus membros e suas vítimas de tráfico para os Estados Unidos”, disse Gorka a repórteres. Segundo ele, o documento foi assinado por Trump na terça-feira, “guiado pelo princípio de que a América é nossa pátria e deve ser protegida”.

Do lado brasileiro, há resis-

tência à possível classificação. Em maio de 2025, o chefe interino de coordenação do Departamento de Sanções dos Estados Unidos, David Gamble, chegou a solicitar que o Brasil adotasse essa classificação para o PCC e o CV, o que foi rejeitado.

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou na terça-feira, em entrevista à GloboNews, que o governo brasileiro pretende propor um acordo de cooperação no combate ao crime organizado transnacional durante o encontro. “Em relação ao crime organizado, esse é um tema que o presidente Lula já levou ao presidente Trump, e vai levar novamente, que é um acordo para o combate a organizações criminosas

transnacionais, ao crime organizado transnacional”, disse.

A pauta já havia sido discutida anteriormente entre os dois presidentes. Em dezembro do ano passado, Lula tratou do tema em uma ligação com Trump. Em 26 de janeiro deste ano, os dois voltaram a conversar por telefone por cerca de 50 minutos, em um movimento que impulsionou a marcação da reunião em Washington.

O avanço da política norte-americana contra o narcotráfico também inclui articulações internacionais. Em encontro realizado em Miami, em 7 de março, em cúpula do chamado “Escudo das Américas”, Trump anunciou a formação de uma coalizão com 17 países para

enfrentar cartéis e organizações classificadas como terroristas. Os governos do Brasil, Colômbia e México não fazem parte da aliança.

A reunião desta quinta-feira ocorre ainda, após um recente impasse diplomático envolvendo a prisão do ex-deputado Alexandre Ramagem. Na ocasião, o governo norte-americano retirou as credenciais do delegado brasileiro que atuou no caso, medida respondida pelo Brasil com base no princípio da “reciprocidade”. Lula também fez críticas à ofensiva conduzida por Trump no Oriente Médio, chegando a classificar a guerra como “maluquice”. **(Especial para O HOJE)**

ORIENTE MÉDIO

Trump sinaliza avanço em negociações com Teerã

Molly Riley/Casa Branca

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quarta-feira (6) que houve progresso recente nas negociações com o Irã e indicou que um entendimento entre os dois países pode ser alcançado, embora tenha evitado fixar um prazo para a resposta de Teerã à proposta apresentada por Washington.

Em declaração no Salão Oval, Trump avaliou positivamente o momento das tratativas e sinalizou confiança em um possível desfecho, mas ressaltou que o avanço depende da aceitação das condições impostas pelos EUA. “Estamos em boa situação”, disse. “Agora estamos indo bem e temos que conseguir o que precisamos conseguir. Se não conseguirmos, teremos que dar um passo muito maior”, acrescentou.

Questionado sobre quando espera um posicionamento iraniano, ele indicou que não há prazo definido. “Nunca há um prazo; vai acontecer. Vai acontecer, mas nunca há um prazo”, afirmou.

O governo norte-americano mantém como ponto central das negociações a restrição ao programa nuclear iraniano. Trump voltou a afirmar que Teerã aceitou não desenvolver armas atômicas, mas não apre-



Governo iraniano classifica contraproposta de Washington como “inaceitável”

sentou detalhes sobre o suposto compromisso. “O Irã não pode ter uma arma nuclear, e não terá, e concordou com isso, entre outras coisas”, declarou.

Apesar do discurso de avanço, Trump voltou a adotar tom de pressão. Em publicação na rede Truth Social, advertiu sobre a possibilidade de ataques mais intensos. “Assumindo que o Irã concorde em cumprir o que foi combinado, o que talvez seja uma grande suposição. [...] Se não concordarem, os bombardeios começarão e serão, infelizmente, em um nível e intensidade muito maiores do

que antes”, escreveu.

As negociações incluem a elaboração de um memorando com medidas como limites ao enriquecimento de urânio, suspensão de bloqueios no Estreito de Ormuz e alívio de sanções econômicas. Ainda assim, autoridades iranianas demonstraram resistência, segundo a agência estatal Tasnim, o texto contém pontos considerados “inaceitáveis”. Ainda, o presidente do Parlamento do país, Mohammad Ghalibaf, afirmou que o Irã está “com o dedo no gatilho”. **(Lalice Fernandes, especial para O HOJE)**

EXPRESSA

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou ao longo da semana que a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos Estados Unidos tem como objetivo defender facções criminosas brasileiras. As declarações foram feitas em publicações no X. **(Lalice Fernandes, especial para O HOJE)**

FRANCO LEILÕES
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Barro Escondido - CEP: 30644-080 - BH/MG

1º LEILÃO: 21/05/2026 - 10:00h - 2º LEILÃO: 22/05/2026 - 10:00h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cláudia Maria de Mello Franco**, CPF: 746.127.278-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº 21.981/32 levada a LEILÃO PÚBLICO de modo online o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **IMÓVEL:** Um LOTE DE TERRAS, Nº 11, QUADRA 68, Rua Uruçu, Conj. Hab. Morada Nova, Bairro N.S. de Fátima, Goiânia/GO, com área de 387.50m², onde foi construída uma casa residencial, tipo H1-3QT, com área construída de 60,65m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026013.2.004747-28 trasladada da Matrícula nº 47.447 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Goiânia/GO. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES:** 1º Leilão: dia 21/05/2026, às 10:00 horas, e 2º Leilão dia 22/05/2026, às 10:00 horas. **LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Estoril - CEP 30494-080 - Belo Horizonte/MG. **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS:** KATIÚZA RODRIGUES TEIXEIRA FORLANI, brasileira, autônoma, nascida em 05/01/1978, C.I.: 3580106 SSP/GO, CPF: 880.074.671-04, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com PÉRSIO FORLANI, brasileiro, autônomo, nascido em 29/08/1988, CNH: 0258934934 DETRAN/MG, CPF: 462.545.101-97, residentes e domiciliados na Rua T, Nº 36, APTO 3501, Bairro Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP: 74223-055. **COBRIGADOR(S) VALISTAS:** PÉRSIO FORLANI, já qualificado anteriormente. **CREADOR FIDUCIÁRIO:** Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.969/0001-01. **DO PAGAMENTO:** O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES:** 1º Leilão: R\$ 1.486.899,46 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos) 2º Leilão: R\$ 743.449,73 (setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e três centavos), calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILÃO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leilão, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da Lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção “Habilitar-se”, com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação do leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) devedor(es), sob pena de desfazimento do negócio, (i) estar com seu CPF, CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter “ad corpus”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização caso necessário, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, levadas, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo:** Até 90 dias da formalização da arrematação. **O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transfere a propriedade do imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os

Essência

Fotos: Freepik



Cefaleia em salvas leva anos até diagnóstico correto

O tratamento da enxaqueca é dividido entre o controle das crises e a prevenção

Leticia Marielle

A dor chega sem aviso, intensa, lancinante e sempre no mesmo lugar. Para quem convive com a cefaleia em salvas, considerada uma das dores mais fortes já registradas pela medicina, a rotina pode se transformar em um ciclo de medo, exaustão e busca por respostas.

Foi assim com Maria Clara. Durante anos, ela acreditou sofrer de enxaqueca, até descobrir que enfrentava uma doença neurológica rara, que atinge cerca de uma em cada mil pessoas. O diagnóstico, no entanto, não veio rápido. Como ocorre com a maioria dos pacientes, o caminho até a identificação correta foi longo e passou por diferentes especialistas.

As crises podem durar de 15 minutos a três horas e provocam uma dor descrita como insuportável, geralmente concentrada ao redor de um dos olhos, na têmpora ou acima da órbita. Segundo especialistas, o problema está ligado à ativação do nervo trigêmeo, que entra em um estado de hipersensibilidade e desencadeia os episódios. “É como se o cérebro acionasse um alarme para uma lesão que não existe”, explica o neurologista Antônio Carlos.

Quando a dor desaparece, o alívio é imediato, mas passageiro. As crises retornam, muitas vezes durante a madrugada. “Já acordei diversas vezes sentindo muitas dores na cabeça”, relata Maria Clara, resumindo o impacto da doença na qualidade de vida.

A intensidade das crises impressiona até especialistas. Em estudos clínicos, a cefaleia em salvas recebeu nota média de 9,7 em uma escala de dor de 0 a 10, superando até mesmo a



Outro ponto de atenção é a confusão entre causas e gatilhos

dor do parto. Ainda assim, o diagnóstico costuma demorar. Pacientes frequentemente passam por clínicos gerais, otorrinolaringologistas, oftalmologistas e dentistas antes de chegar ao neurologista.

Entre os sinais que ajudam a identificar a doença estão nariz entupido, lacrimejamento, queda da pálpebra e dor sempre do mesmo lado da cabeça. Mesmo assim, a falta de informação ainda é um obstáculo.

Para tentar lidar com as crises, muitos pacientes adotam um diário da dor, registrando horários, intensidade e duração dos episódios. O acompanhamento ajuda no ajuste do tratamento, embora, mesmo com medicação adequada, as crises possam persistir.

Dor extrema, diagnóstico tardio e confusão com enxaqueca marcam a rotina de pacientes com cefaleia em salvas

A semelhança entre os sintomas faz com que a cefaleia em salvas seja frequentemente

confundida com a enxaqueca, uma condição muito mais comum no Brasil. Apesar disso, especialistas destacam diferenças importantes entre os quadros. Durante as crises de enxaqueca, é comum que o paciente busque repouso em ambientes escuros e silenciosos. Já na cefaleia em salvas, a dor intensa costuma vir acompanhada de agitação e inquietação.

A enxaqueca tem forte influência genética e também pode ser desencadeada por fatores hormonais, o que ajuda a explicar por que atinge cerca de três vezes mais mulheres do que homens. Dados da Associação Brasileira de Cefaleia e Enxaqueca apontam que aproximadamente 23 milhões de brasileiros possuem diagnóstico da doença, enquanto outros 27 milhões apresentam sintomas, mas nunca foram oficialmente diagnosticados.

A subnotificação preocupa especialistas. O receio de prejuízos no trabalho ou nos estudos faz com que muitos pacientes evitem procurar aten-

dimento médico. Mais de 60% relatam queda de produtividade durante as crises. Ainda assim, cerca de 69% das pessoas que dizem sofrer de enxaqueca não fazem acompanhamento com neurologista e recorrem à automedicação com analgésicos comuns.

Outro ponto de atenção é a confusão entre causas e gatilhos. Fatores como estresse, ansiedade, alterações no sono, consumo de álcool e variações hormonais podem aumentar a frequência das crises, mas não são responsáveis pelo surgimento da doença.

O tratamento da enxaqueca é dividido entre o controle das crises e a prevenção. Segundo o neurologista, a recomendação é que a medicação seja iniciada assim que surgirem os primeiros sintomas, evitando a intensificação da dor. Entre as opções estão analgésicos, anti-inflamatórios e medicamentos específicos, como os triptanos. Novas classes terapêuticas, como os gepants, ainda não estão

disponíveis no país.

Já no caso da cefaleia em salvas, a origem exata ainda não é totalmente conhecida. “A principal hipótese envolve alterações no hipotálamo, região do cérebro responsável por regular o sono, o ritmo biológico e funções hormonais”, afirma o médico. A relação das crises com o ciclo circadiano reforça essa teoria.

Considerada uma das dores mais intensas da neurologia, a cefaleia em salvas pode atingir diferentes regiões da cabeça, o que contribui para a complexidade do diagnóstico. Além da dor ao redor dos olhos, o desconforto pode se irradiar para áreas como têmpora, testa, bochechas, nariz, gengiva superior e até o couro cabeludo. Em alguns casos, há também sensação de pulsação durante as crises.

O especialista ressalva que, sem acompanhamento adequado, o quadro pode evoluir para dores crônicas, com impacto direto na qualidade de vida. Apesar da intensidade dos sintomas, a doença não é fatal, mas não tem cura. O tratamento é essencial para reduzir a frequência das crises e amenizar a dor.

Diante de episódios intensos e recorrentes, a recomendação é procurar atendimento médico. O Ministério da Saúde orienta que a avaliação inicial seja feita nas unidades básicas de saúde, com encaminhamento para especialistas quando necessário.

Para os médicos, identificar corretamente o tipo de cefaleia é fundamental. Mais do que dar um nome à dor, o diagnóstico adequado permite iniciar o tratamento correto e devolver qualidade de vida a pacientes que convivem com crises incapacitantes. **(Especial para O HOJE)**

Reprodução



Uso correto de inaladores é essencial no controle da doença

Tratamento contínuo ajuda a evitar crises asmáticas

Asma é tratável, mas ainda causa mortes evitáveis; especialista reforça a importância do uso correto dos medicamentos inalatórios

Luana Avelar

A asma, embora seja uma doença tratável, ainda provoca mortes evitáveis no Brasil. Dados do Ministério da Saúde apontam que, entre 2019 e 2023, 12.195 pessoas morreram em decorrência da doença. O mesmo levantamento mostra que a condição é a terceira doença crônica mais atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que reforça a necessidade de ampliar o acesso ao diagnóstico, ao acompanhamento médico e ao tratamento adequado.

Conhecida popularmente no Brasil como bronquite alérgica ou bronquite asmática, a asma é uma doença respiratória marcada pela inflamação crônica das vias respiratórias. Entre os sintomas mais comuns estão falta de ar, aperto no peito, chiado e sensação de respiração pesada. A condição pode atingir pessoas de qualquer idade, desde bebês até idosos, e se manifestar em diferentes intensidades, com quadros leves, moderados ou graves.

Entre os tipos da doença, a asma alérgica é uma das formas frequentes. “A asma alérgica é uma condição frequente, que normalmente se associa a rinite alérgica e ao histórico familiar de alergia. Neste caso, é importante tratar a alergia para tratar a asma”, salienta a imunologista alergista Maria Letícia Chavarria, Presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia/Regional de Goiás.

O tratamento da asma envolve, principalmente, medicamentos inalatórios, conhecidos popularmente como “bombinhas”. Eles são considerados os mais indicados para o controle da doença. Entre os principais

estão os broncodilatadores, usados para aliviar sintomas, e os corticosteroides inalados, que atuam no controle da inflamação das vias respiratórias. A combinação entre alívio e prevenção é apontada como essencial para reduzir episódios de agravamento.

A especialista ressalta que o cuidado não deve se limitar aos momentos de crise. O uso adequado dos medicamentos trará alívio dos sintomas e controlará a inflamação, evitando as crises. Pela Farmácia Popular, o broncodilatador Salbutamol e a Beclometasona, um corticoide inalatório, são oferecidos gratuitamente mediante prescrição médica.

Apesar da importância desses medicamentos, a cartilha do Dia Mundial da Asma, da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, aponta que os inaladores ainda sofrem preconceito. O material reforça que eles são seguros, indicados e baseados em evidências científicas. Os broncodilatadores e os corticosteroides inalados podem ser prescritos separadamente ou combinados no mesmo inalador, conforme avaliação médica.

A cartilha também orienta que todas as pessoas com asma, sejam bebês, crianças, adultos ou idosos, devem receber prescrição de medicamentos inalatórios essenciais contendo corticosteroides. O objetivo é controlar a inflamação e prevenir crises, evitando complicações que podem levar a atendimentos de urgência, internações e mortes. Com acompanhamento adequado, uso correto dos medicamentos e acesso ao tratamento, a asma pode ser controlada e permitir mais qualidade de vida aos pacientes. **(Especial para O HOJE)**

LIVRARIA

A narrativa de um cão que começa no abandono e termina no afeto

Com ineditismo, Fernando Machado é tomado pela voz de quem vive no silêncio em “O velho e o cão” e revela como a vida pode ser compreendida de forma mais simples e instintiva

Cachorros não complicam, ou mesmo pedem explicações longas, nem guardam ressentimentos elaborados e, definitivamente, não vivem presos ao passado. Eles sentem e isso basta. A partir dessa sabedoria emergida da quietude de um olhar, nasce O velho e o cão, um convite a enxergar o mundo com mais presença. Na obra, o escritor Fernando Machado constrói uma história sensível e surpreendente ao dar voz a quem normalmente apenas observa: Brown, seu cachorro de estimação. Com essa perspectiva, o livro acompanha a relação do animal com o universo ao seu redor, explorando não apenas aspectos de convivência, mas as memórias, instintos e descobertas que moldam a jornada do protagonista.

O livro se destaca pelo ineditismo da narrativa: não se trata apenas de relatar a jornada do melhor amigo do homem, mas de permitir ao leitor habitar um lugar sensorial e intuitivo. A linguagem acompanha essa proposta, fluindo entre o impulso e a reflexão, criando uma experiência que é, ao mesmo tempo, leve e profundamente transformadora. Ao criar a trajetória de Brown, as famílias com quem morou, as relações dele com humanos e outros animais, desenhando sua personalidade, Fernando causa um incômodo como a sensação de descaixe do personagem. Entre abandonos, violências silenciosas e tentativas frustradas de pertencimento, ele atravessa experiências que o empurram para um estado limite: o de sentir tudo sem conseguir explicar nada.

A obra trata de um percurso marcado por rupturas,



como lares sem acolhimento, afetos instáveis e o instinto cobrando um preço alto ao machucar o próprio dono. Em um dos momentos mais intensos, diante da possibilidade de perder seu humano, o único que realmente entendeu suas necessidades, o animal entra em desespero absoluto – a ponto de não haver sentido em continuar. Desse atravessamento, nasce outro jeito de enxergar a vida. A partir desse olhar canino sobre o mundo humano, surge uma delicadeza rara na forma como interpreta gestos, silêncios e mudanças ao seu redor. Os pequenos acontecimentos ganham outra di-

menção, revelando que os detalhes, e não os grandes eventos, sustentam os vínculos mais importantes.

Fernando Machado formou-se engenheiro na Universidade Mackenzie em 1968, no auge do regime militar no Brasil. Encerrada sua profissão de raiz, fundou um centro multicultural chamado CIMC (Círculo Integrado de Música e Cinema), onde passou a dedicar-se às artes em geral e, em especial, à literatura. Aos 75 anos, despontou a ideia de escrever a primeira obra, Gastura, para a incorporação de fatos históricos nacionais e internacionais. **(Especial para O HOJE)**

A obra trata de um percurso marcado por rupturas, como lares sem acolhimento, afetos instáveis e o instinto cobrando um preço alto ao machucar o próprio dono



RESUMO DE NOVELAS

Coração de Mãe

Irmak aproveita o momento em que Adnan adormece para acessar o computador dele. Ela encontra as informações que buscava, mas fica indecisa sobre como usá-las. Mert pede perdão a Karsu por ter mentido e garante que Atilla a ama de verdade. Irmak revela à irmã o que descobriu sobre Adnan, enquanto Hande pressiona Reha para terem um filho. Til-sim volta a se desentender com a mãe. Atilla se surpreende ao

ver o pai abrir um restaurante perto do café. Irmak decide denunciar o marido à Receita.

A Nobreza do Amor

Onildo pede socorro na estrada para acudir Tonho, e Fabrício obriga Mirinho a parar o carro. Alike acusa Mirinho de atentar diretamente contra a vida do namorado. Mirinho comemora o encontro de Fabrício com Diógenes. Onildo avisa José, Teresa e Niara sobre o estado de Tonho e informa que Alike

ficará com ele até se recuperar. Onildo sonda Niara sobre seu passado. Tonho confronta Mirinho sobre o acidente. Em Batanga, Kênia e Jendal recebem o rei da Inglaterra. Mr. Jones é rendido por Akin e Ladisa.

Coração Acelerado

João Raul resgata Agrado após encontrá-la em perigo na estrada. Waldir ajuda Irene a quitar a dívida com o agiota Adilson. Zilá pede que Alaor transfira bens para seu nome,

caso Alaorzinho peça a separação. Leandro se emociona com a história de vida de Eduarda. João Raul e Agrado compõem uma nova música juntos em estúdio. Alaorzinho constata que Waldir salvou informações estratégicas do Grupo Amaral e o reconstrói. João Raul e Agrado revelam a Naiane e Leandro que passaram a noite juntos.

Três Graças

Gerluce conta a Paulinho que Arminda disse que foi Sa-

mira quem matou Jorginho. Paulinho combina com Jairo uma estratégia para fazer Arminda confessar seus crimes perante as autoridades. Marise sugere a Ferette uma forma de implicar Paulinho na apropriação das Três Graças. Lucélia informa a Ferette que os filhos do executivo irão se casar em breve. Bagdá é levado para o presídio. Kasper retorna para casa, pede perdão a Maggy e a Júnior e decide reconstruir a família do zero de uma vez.

AGENDA CULTURAL

EVENTOS

Espetáculo teatral

A Cia de Teatro Nu Escuro apresenta o espetáculo *Barbas* nesta quinta-feira (7), em Goiânia. A montagem integra o projeto *Vozes Animadas* e aposta no teatro de bonecos para abordar temas como luto, saúde mental e protagonismo feminino. Em cena, a história acompanha Marabel, uma menina que, após enfrentar perdas familiares, mergulha em um universo fantástico que transforma sua forma de ver o mundo. A proposta mistura humor e elementos do grotesco para construir uma narrativa sensível e reflexiva. Quando: quinta-feira (7), às 19h. Onde: Teatro Sesc Centro, em Goiânia. Entrada gratuita.

Seminário internacional

Goiânia recebe nesta quinta-feira (7) o seminário *Investimentos no Paraguai: conheça as oportunidades para empresas goianas*, dentro da programação da *Semana S do Comércio*. O encontro reúne autoridades

Divulgação



Projeto Vozes Animadas leva dramaturgias feministas a diferentes públicos

des, empresários e especialistas para discutir possibilidades de cooperação econômica entre Goiás e o país vizinho, abordando temas como ambiente de negócios, domicílio fiscal e setores estratégicos para investimento. A iniciativa também busca ampliar conexões internacionais e fortalecer o intercâmbio comercial. Quando: quinta-feira (7), às 17h. Onde: Fecomércio-GO, Setor Marista, Goiânia. Entrada gratuita.

Festa tradicional

A 73ª Festa da Padroeira de Santa Fé de Goiás segue com programação nesta quinta-feira (7), reunindo celebrações religiosas e shows gratuitos na Praça da Matriz. Na agenda musical do dia, se apresentam os artistas Rayan Barreto e Heróis de Botequim, dando continuidade à programação cultural do evento, reconhecido como patrimônio imaterial do município. A festa integra ações que valorizam a tra-

dição local e o acesso à cultura na região do Vale do Araguaia. Quando: quinta-feira (7). Onde: Praça da Matriz, em Santa Fé de Goiás. Entrada gratuita.

Exposição de arte

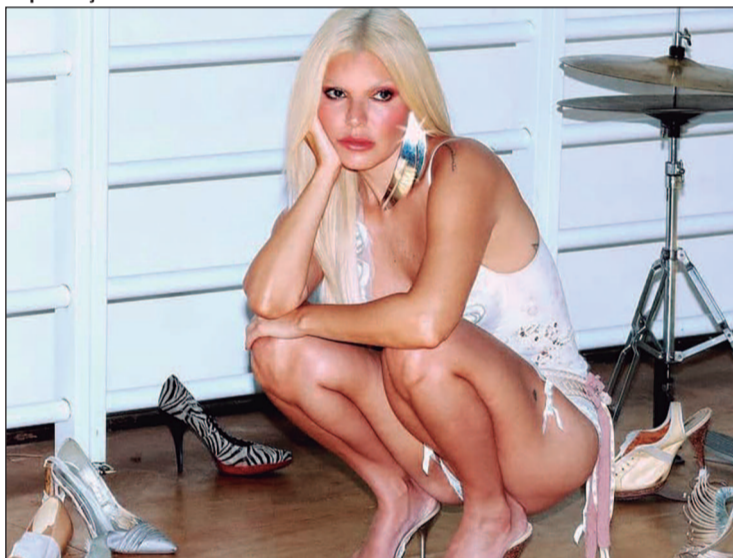
A Vila Cultural Cora Coralina recebe nesta quinta-feira (7) a exposição *Expressões*, dedicada à obra de Siron Franco. A mostra reúne mais de 100 trabalhos produzidos entre as décadas de 1960 e 1980, período decisivo na formação estética e política do artista. Com forte carga expressivista, as obras abordam temas como ditadura, desigualdade, violência e tragédias que marcaram o país, incluindo o acidente com o Césio-137 em Goiânia. A exposição também apresenta instalações sobre fome e feminicídio, propondo uma experiência crítica sobre memória, identidade e história brasileira. Quando: quinta-feira (7), das 9h às 17h. Onde: Vila Cultural Cora Coralina, Setor Central, Goiânia. Entrada gratuita.

Duda Beat volta a Goiânia depois de seis anos

Seis anos depois de sua última passagem por Goiânia, Duda Beat volta à cidade para abrir o 31º *Goiânia Noise Festival* nesta quinta-feira (7), às 23h, no Centro Cultural Oscar Niemeyer. A cantora pernambucana traz a "Tara & Delírio Tour", turnê que percorreu diferentes estados do país e chega ao festival como uma das atrações mais esperadas da programação.

No palco, o show cruza dois universos da discografia recente da artista. O primeiro é o terceiro álbum, "Tara & Tal", disco de pegada eletrônica concebido para a pista, que mistura influências da música eletrônica clássica com tendências contemporâneas. O segundo é o EP "Esse Delírio Vol. 1", trabalho mais recente, que aposta em novas texturas sonoras e maior liberdade criativa. O repertório ainda

Reprodução



Cantora abre o 31º Goiânia Noise Festival nesta quinta-feira com a turnê "Tara & Delírio", no Oscar Niemeyer

inclui os maiores sucessos da carreira, garantindo ao show uma amplitude que agrada tanto aos fãs de longa data quanto aos que chegam agora à obra da cantora.

Festival com 44 shows e

entrada solidária

A apresentação de Duda Beat encerra a primeira noite de um festival que, em sua 31ª edição, reúne 44 shows gratuitos distribuídos em dois palcos ao longo de quatro dias. Antes dela, a quinta-fei-

ra tem programação inteiramente goiana: Abajur Always On (19h30), Sheena Ye (20h), Brunno Veiga (20h30), Synx (21h), Salma Jô (21h30) e Maduli (22h10).

Nos dias seguintes, o evento apresenta nomes como Dead Fish, Fernanda Abreu e Ras Bernardo, ex-Cidade Negra, na sexta (8); Tom Zé, e o rapper FBC no sábado (9); e Los Sebosos Postizos, projeto formado por integrantes da Nação Zumbi em homenagem ao disco *A Tábua de Esmeralda*, de Jorge Ben Jor, no encerramento de domingo (10).

A entrada é gratuita mediante doação de 1 kg de alimento, com retirada antecipada de ingressos pelo site da Bilheteria Digital, sujeita à capacidade do espaço. O Centro Cultural Oscar Niemeyer fica na GO-020, KM 0, em Goiânia. **(Especial para O HOJE)**

CELEBRIDADES

Gkay comenta relação de Carlinhos Maia e Lucas Guimarães

Gkay marcou presença no lançamento da marca *Pele Bonita*, de Carlinhos Maia e Lucas Guimarães, na noite de terça-feira (5), em São Paulo, e acabou falando o que muita gente queria ouvir. Amiga dos dois há anos, ela deixou claro que continua torcendo por uma reconciliação e disse que ainda acredita no amor do ex-casal. Sem fugir do assunto, Gkay foi direta ao comentar a relação dos amigos e disparou: "Eu torço. Estou aqui desde que tudo era mato. Shippo e sempre shipparei". A influenciadora ainda afirmou que enxerga a história dos dois como "amor para a vida, amor da vida e amor demais", reforçando o carinho que sente pelos dois.

Antes de chegar ao evento, porém, ela passou por um susto. Segundo contou, o produtor foi assaltado no caminho, o que acabou atrasando sua chegada. Mesmo assim, Gkay fez questão de prestigiar os amigos e ainda contou que, por enquanto, segue solteira.

Justiça toma decisão em caso de Stênio Garcia contra filhas

Faz algum tempo Stênio Garcia usou as redes sociais para confirmar que havia iniciado um processo contra as filhas por conta de uso indevido de um apartamento que pertence ao ator. A história do imbróglio ganhou um novo capítulo após a Justiça do Rio de Janeiro incluir Clarice Jay Piovesan no processo. Ela é ex-companheira do artista, mãe das filhas dele e quem estaria usando o imóvel.

De acordo com o jornalista Ancelmo Gois, a 3ª Vara Cível da Capital decidiu que Clarice faça depósitos mensais de R\$ 5 mil para o ex, valor equi-



valente ao aluguel de um apartamento em Ipanema para poder continuar no local onde está vivendo.

O imóvel em questão, embora doado para as filhas de Stênio Garcia na infância, é protegido por cláusulas que garantem ao ator o usufruto vitalício do bem. Por conta disso, a Justiça entende que também teria direito aos rendimentos do imóvel.

Duda Reis revela ciúmes da filha com fãs

Duda Reis divertiu os seguidores ao compartilhar uma situação curiosa envolvendo a filha, Aurora, de um ano e quatro meses. A atriz contou,

na terça-feira (5), que a pequena demonstra ciúmes quando vê a mãe atendendo fãs na rua, e a reação da menina rapidamente chamou a atenção nas redes sociais. Segundo Duda, Aurora não gos-

ta muito de dividir a atenção da mãe e costuma deixar isso bem claro. "Aurora tem ciúmes de quando as pessoas pedem pra tirar foto comigo na rua... fica inconformada. Ela fica brava. Começa 'mãe minha'. Eu falo 'Sim, mãe é sua. Um segundo'", relatou a influenciadora em vídeo publicado no TikTok.

João Vitor Silva dá detalhes sobre início de namoro com IZA

João Vitor Silva, atual namorado da cantora IZA, abriu o coração e falou sobre o início do relacionamento dos dois. O casal assumiu o namoro durante o Carnaval deste ano e desde então mantém a relação longe dos holofotes. O ator contou que ficou ainda mais encantado com a cantora conforme se tornou mais íntimo dela. "A gente se conectou de uma maneira muito linda e pura. Me impressionei no início. Sempre soube que ela era uma artista gigante, mas, por estar dentro da relação, tive a confirmação do tamanho dela. A arte dela atinge as pessoas de uma forma diferente da minha", declarou o artista.

HORÓSCOPO

ÁRIES

(21/3 - 20/4)



Seu foco se volta para carreira e metas pessoais. Um compromisso importante pode exigir mais maturidade e posicionamento firme. No amor, evite agir por impulso.

TOURO

(21/4 - 20/5)



Momento favorável para colocar planos de longo prazo em prática. Conversas produtivas e decisões financeiras ganham destaque. Confie mais no seu processo.

GÊMEOS

(21/5 - 20/6)



Questões emocionais e financeiras pedem atenção. Organize pendências e não adie conversas delicadas. No amor, intensidade e profundidade marcam o dia.

CÂNCER

(21/6 - 21/7)



Relacionamentos ficam em evidência. Pode ser necessário alinhar expectativas com alguém importante. Escuta e diálogo serão fundamentais.

LEÃO

(22/7 - 22/8)



Rotina, trabalho e saúde entram no centro das atenções. Aproveite para reorganizar agenda, hábitos e prioridades. Pequenos ajustes geram grandes resultados.

VIRGEM

(23/8 - 22/9)



Criatividade, romance e prazer ganham força. O dia favorece encontros, projetos pessoais e decisões ligadas ao coração. Permita-se viver com mais leveza.

LIBRA

(23/9 - 22/10)



Assuntos familiares ou domésticos pedem atenção. Organizar a vida pessoal e resolver pendências emocionais traz sensação de estabilidade.

ESCORPIÃO

(23/10 - 21/11)



Comunicação afiada e mente estratégica. Bom momento para negociações, estudos, reuniões e alinhamentos importantes. Só cuidado com palavras duras.

SAGITÁRIO

(22/11 - 21/12)



Finanças e segurança material entram em pauta. Hora de revisar gastos, planejar investimentos e evitar excessos. Pragmatismo será seu aliado.

CAPRICÓRNIO

(22/12 - 20/1)



Com a Lua no seu signo, você ganha protagonismo. Energia ideal para decisões pessoais, mudanças de imagem e definição de metas importantes.

AQUÁRIO

(21/1 - 19/2)



Dia de introspecção e encerramentos. Reflita sobre padrões, relações e hábitos que precisam ser deixados para trás. Priorize descanso mental.

PEIXES

(20/2 - 20/3)



Amizades, networking e projetos coletivos ganham força. Conversas com pessoas certas podem abrir caminhos inesperados. Valorize conexões genuínas.

Curta Aparecida: cinema comunitário na periferia goiana

Divulgação

Com 513 inscrições de todo o País e três mostras gratuitas, o evento acontece entre 14 e 16 de maio na sede do Coletivo Justina

Luana Avelar

O cinema volta à periferia de Aparecida de Goiânia. De 14 a 16 de maio, o Festival Curta Aparecida ocupa a sede do Coletivo Justina com três mostras, acesso gratuito e 33 filmes selecionados entre 513 inscrições recebidas de todo o país, um aumento de quase 60% em relação ao ano anterior. O tema que orienta a curadoria neste ano é "cinema comunitário". O evento tem realização do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás, da Secretaria de Estado da Cultura e do Governo de Goiás. O festival é não competitivo e tem como objetivo proporcionar o encontro entre realizadores, programadores e públicos de cinema e audiovisual na cidade. Para o produtor Pablo Lopes, o evento nasce como "lugar de encontro entre público e recortes dos brasis projetados na tela: trata-se de uma plataforma do imaginário brasileiro representado por produções audiovisuais de todas as regiões do país". Documentários, ficções e animações funcionam, segundo ele, como linguagens que ajudam a contar e aprender diferentes narrativas.

A meta vai além das sessões. "Com este evento, queremos



Evento reúne três mostras distintas e será realizada, mais uma vez, na periferia de Aparecida de Goiânia

possibilitar intercâmbio para a produção realizada em todos os estados brasileiros, incentivar a produção de curtas-metragens em Aparecida de Goiânia, além de discutir meios e estratégias para a produção, realização e distribuição da produção audiovisual local."

O espantoso sobre o desconhecido foi a forma da primeira edição do festival. Nesta, a linha curatorial passa pelo Cinema Comunitário. "Isso acontece num processo reflexivo para que o público também se veja na tela. Cinema comunitário é o tema que nos possibilita buscar o comum dentre tantos distanciamentos", diz Lopes. As mostras de documentário e ficção têm sessões diárias a partir das 19h. A novidade desta edição é a Mostra

Infâncias, no dia 15 de maio, das 14h às 16h, exclusiva para alunos do Ponto de Cultura Cenfi Centro de Formação Integral, no Setor Vera Cruz. Haverá também sessões para turmas do EJA de escolas públicas estaduais próximas ao local e a mostra Aparecidinha, voltada para crianças de escolas municipais. Entre os 33 filmes selecionados, três são de produtores de Aparecida de Goiânia.

Do Rio de Janeiro, "Samba Infinito", de Leonardo Martinielli, acompanha um gari que enfrenta o luto pela perda da irmã enquanto cumpre suas obrigações de trabalho. Em meio à folia dos blocos de rua, ele encontra uma criança perdida e decide ajudá-la. Também carioca, "A mensagem na garrafa", de Luana Ferreira,

retrata Jorge, pai solo que transforma a hora de dormir em uma aventura ao contar a história de uma mensagem numa garrafa viajando em um cometa de plástico. Otávio se encanta com a história até adormecer. "Tarefa", de Thiago Rosestolato, fecha a representação fluminense com os irmãos Téo e Arthur, forçados a estudar diariamente em casa.

De Minas Gerais, "Os pedais de Pedro", de Vinicius di Castro, narra a história de Pedro, um menino de dez anos apaixonado por bikes que, em meio a uma infância conturbada na favela onde vive, encontra esperança e um motivo para sonhar na conquista da primeira bicicleta. Goiás tem dois filmes. "Álbum de Família", de Victor Vinicius, se passa num fim de

semana comum na casa da avó, onde as crianças descobrem que as histórias da família podem ser tão reais quanto misteriosas. "Tião Personal Dancer", de Aristótelis Tothi, acompanha um dançarino profissional em seus atendimentos nas casas de dança de Goiânia, enquanto Reginaldo e Cida se jogam no salão e esperam por algo a mais até o final da noite. Da Bahia, "Cajuína", de Mapa Macedo, registra um encontro em Cachoeira onde duas gerações semeiam a sabedoria da encantaria entre o céu e a terra. Do Rio Grande do Norte, "Trajeto do Desmoroamento", de Helena Antunes, segue uma mulher solitária que percorre o trajeto de suas próprias ruínas em meio à especulação imobiliária. **(Especial para O HOJE)**

CINEMA

EM CARTAZ

Mortal Kombat II (EUA, 2026). Duração: 1h 55min. Direção: Simon McQuoid. Elenco: Karl Urban, Jessica McNamee, Hiroyuki Sanada. Gênero: Ação/Aventura. Cinemark Flamboyant: 15h50, 18h50, 21h40. Moviecom: 16h40, 19h10, 21h40. Cinemark Passeio das Águas: 15h50, 18h50, 21h40.

Billie Eilish - Hit Me Hard and Soft: The Tour (EUA, 2026). Duração: 1h 40min. Elenco: Billie Eilish. Gênero: Show/Musical. Cinemark Flamboyant (3D): 16h00, 18h30, 21h00.

O Diabo Veste Prada 2 (EUA, 2026). Duração: 2h 10min. Direção: David Frankel. Elenco: Meryl Streep, Anne Hathaway, Emily Blunt. Gênero: Comédia/Drama. Cinemark Flamboyant: 14h30, 15h, 16h40, 17h20, 17h50, 18h20, 19h30, 20h10, 20h40, 15h30, 21h10, 13h10, 16h, 18h50, 21h40. Cinemark Passeio das Águas: 19h15, 19h30. Kinoplex: 20h, 20h15, 21h20. Moviecom: 15h40, 18h30, 21h.

Zico, o Samurai de Quintino (Brasil, 2026). Duração: 1h 40min. Direção: José Henrique Fonseca. Elenco: Zico. Gênero: Documentário/Esporte. Cinemark Flamboyant: 14h, 16h30, 19h, 21h30. Cinemark Passeio das Águas: 18h45, 21h15. Kinoplex: 20h10, 21h40. Moviecom: 15h30, 18h20, 20h50.

Divulgação



"Mortal Kombat II" segue sendo uma adaptação da série de videogames, e agora, irá acompanhar os famosos campeões ao lado do próprio Johnny Cage

Michael (EUA, 2026). Duração: 2h 08min. Direção: Antoine Fuqua. Elenco: Jaafar Jackson, Coleman Domingo, Nia Long. Gênero: Biografia. Cinemark Flamboyant: 15h20, 18h20, 21h20, 20h, 13h, 16h, 19h, 16h20, 19h20, 22h15, 21h30, 20h40, 22h. Kinoplex: 20h, 20h15, 21h20. Moviecom: 20h20, 21h30.

Advogado de Deus (BRA, 2026) Duração: 1h 57min. Direção: Wagner de Assis. Elenco: Nicolas Prattes, Danilo Mesquita, Lorena Comparato. Cinemark Flamboyant: 11h, 14h25, 17h20, 20h20, 12h, 15h25, 18h10, 20h50, 15h20, 18h30, 21h10, 15h30, 18h45, 21h45, 16h40, 19h30, 22h15.

Maldição da Múmia (EUA, 2026) Duração: 2h 14min. Direção: Lee Cronin. Elenco: Jack Reynor, Laia Costa, May Calamawy. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 12h, 15h, 17h50, 20h45, 12h15, 15h15, 18h30, 21h45, 13h, 15h50, 18h45, 21h45, 14h30, 17h30, 20h30, 13h, 16h20, 14h, 16h50, 14h30. Cineflix: 16h20, 19h10, 22h.

Super Mario Galaxy: O Filme (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Aaron Horvath, Michael Jelenic. Elenco: Chris Pratt, Anya Taylor-Joy, Charlie Day, Jack Black. Gênero: Animação, Aventura, Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h,

14h30, 17h, 19h45, 13h15, 13h40, 14h15, 16h30, 12h20, 15h20, 18h30, 21h25, 13h30, 16h, 18h45, 19h30, 22h, 19h, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h40, 12h45, 14h00, 14h15, 14h30, 14h45, 15h10, 15h20, 16h00, 16h15, 16h30, 16h40, 16h45, 17h00, 17h10, 17h15, 18h00, 18h30, 18h45, 19h00, 19h20, 19h30, 19h40, 19h45, 20h30, 20h40, 21h00, 21h20. Cineflix: 14h20, 14h40, 16h00, 16h50, 17h10, 18h20, 19h10, 19h30, 20h40, 21h30.

Velhos Bandidos (Brasil/EUA, 2026) Duração: 1h33min. Direção: Cláudio Torres. Elenco: Fernanda Montenegro, Ary Fon-

toura, Bruna Marquezine. Gênero: Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h00, 12h15, 13h40. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h20, 22h00, 22h15. Cineflix: 14h35, 19h00.

O Drama (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Kristoffer Borgli. Elenco: Robert Pattinson, Zendaya, Alana Haim. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 13h20, 15h50, 18h45, 21h45, 14h45, 17h15, 20h10, 13h30, 20h, 22h30, 14h15, 17h15, 20h, 16h, 18h30. Cinemark Passeio das Águas: 13h00, 14h00, 15h40, 16h30, 18h15, 18h30, 19h00, 21h10, 21h15, 21h40. Cineflix: 17h00, 19h20, 21h40.

Cinco Tipos de Medo (Brasil, 2026) Duração: 1h48min. Direção: Bruno Bini. Elenco: Bella Campos, João Vitor Silva, Rui Ricardo Diaz. Gênero: Terror. Cinemark Flamboyant: 12h00, 16h20, 17h00, 21h40, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h15, 13h30, 14h30, 17h40, 19h00, 19h15. Cineflix: 16h40, 21h50.

Devoradores de Estrelas (EUA, 2026) Duração: 2h40min. Direção: Phil Lord, Christopher Miller. Elenco: Ryan Gosling, Sandra Hüller, Milana Vayntrub. Gênero: Ação, Ficção Científica. Cinemark Flamboyant: 12h45, 16h15, 14h15, 17h45, 21h35, 14h, 17h30, 21h40, 14h45, 14h10. Cinemark Passeio das Águas: 12h30, 14h15, 17h40, 20h20, 21h00, 21h30.

Negócios



Divulgação

Alta do ouro pressiona itens afetivos, enquanto lojas reduzem preços de eletrodomésticos para estimular consumo em 2026

Presentes mais caros ou baratos? Dia das Mães tem guerra de preços

Divulgação/ Joias Nagalli

Dia das Mães divide varejo: preços disparam nas joias e caem nos eletrônicos

Otávio Augusto

O comportamento dos preços no varejo brasileiro para o Dia das Mães de 2026 revela um cenário de contrastes. Enquanto produtos tradicionalmente ligados ao afeto, como joias e flores, seguem em trajetória de alta, eletrodomésticos e eletrônicos registram queda significativa, impulsionados por estratégias comerciais para estimular o consumo. A tendência, observada em levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), também encontra reflexos em Goiânia e em outras cidades de Goiás, onde o comércio já sente os efeitos de um consumidor mais seletivo.

De acordo com o levantamento, a cesta de presentes típicos da data subiu 2,89% nos últimos 12 meses, abaixo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumulou alta de 4,37% no mesmo período. Apesar da desaceleração inflacionária, o dado médio esconde diferenças importantes entre os segmentos. Produtos ligados ao apelo emocional continuam pressionados por fatores externos, enquanto bens duráveis operam sob forte



concorrência e redução de preços. Esse cenário já é percebido no comércio goiano. Em Goiânia, lojistas relatam maior cautela por parte dos consumidores, que passaram a pesquisar mais antes de fechar compras, especialmente em itens de maior valor.

As joias registraram a maior elevação de preços, com avanço de 26,81% em 12 meses. O movimento acompanha a valorização do ouro no mercado internacional, impulsionada

por tensões geopolíticas, compras de bancos centrais e aumento da demanda por ativos considerados seguros.

Outros itens ligados ao simbolismo da data também ficaram mais caros, como flores naturais (12%), prata e bijuterias (10,48%) e produtos para cabelo (9,74%). Até mesmo livros não didáticos apresentaram alta de 6,74%.

Esse encarecimento afeta diretamente o comportamento de compra. Em Goiás, floriculturas e joalherias já operam com margens pressionadas e percebem uma migração gradual do consumidor para alternativas mais acessíveis.

Na direção oposta, os eletrodomésticos e eletrônicos registraram retração nos preços. Ar-condicionado (-12,17%), refrigeradores (-8,16%), ventiladores (-7,24%) e fogões (-6,48%) lideram as quedas. A redução é interpretada como uma estratégia do varejo para destravar vendas em um ambiente de crédito ainda restrito e renda pressionada. Em Goiânia, grandes redes e lojas de bairro intensificaram promoções e condições facilitadas de pagamento, especialmente no parcelamento, para atrair consumidores.

Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indicam que a intenção de compra de bens duráveis apresenta recuperação gradual, impulsionada justamente por essas ofertas. Entre os segmentos intermediários, como vestuário, o comportamento foi de alta moderada. Sandálias subiram 6,25%, blusas 3,47%, vestidos 2,22% e saias 1,7%. O desempenho reforça uma tendência de ajuste fino no consumo: itens considerados essenciais ou de menor valor agregado continuam com de-

manda relativamente estável, enquanto produtos premium ou dependentes de crédito enfrentam maior resistência.

Em Goiás, comerciantes do setor de moda apostam em coleções sazonais e promoções pontuais para manter o fluxo de clientes, especialmente em datas comemorativas.

O cenário de 2026 evidencia um consumidor mais criterioso, que equilibra orçamento e intenção de compra. A FecomercioSP destaca que a média da cesta não reflete o comportamento individual de todos os produtos, o que reforça a necessidade de pesquisa antes da compra.

Em Goiânia, essa mudança já impacta a estratégia das empresas. O varejo tem investido em promoções agressivas para bens duráveis, ao mesmo tempo em que busca agregar valor a produtos afetivos, apostando em experiências e personalização.

Mais do que uma variação sazonal, o comportamento dos preços no Dia das Mães revela um mercado dividido entre pressões globais e disputas locais por consumo. Em Goiás, assim como no restante do país, o resultado é um ambiente de negócios mais competitivo, onde preço, crédito e percepção de valor passam a definir o desempenho das vendas. (Especial para O HOJE)

Divulgação





AQUILA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA, CNPJ: 03.088.196/0002-70 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, Licença Ambiental de Instalação e Operação, para Atividade Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, depósitos de mercadorias, localizado na Rod BR060, Qd01, L01, BLA, Cond. Solução Logística, Polo Emp. Goiás Etapa V, Av. de Goiânia Goiás. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86. 39933

A empresa SÓ LOTES TRINDADE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.524.734/0001-38, torna público que REQUERU a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Trindade - GO, por meio do processo 5460/2026 a renovação da licença nº. 3/2021, processo nº. 2020041035, de instalação de loteamento, com endereço na GO 050, Gleba 01, Fazenda Neném e Barro Branco, Zona de expansão urbana de Trindade - GO. 39939

Arena Engenharia e Consultoria Ambiental torna público que a POSITIGNS GOIÂNIA COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, portadora do CNPJ: 64.017.745/0001-46 requereu da Secretaria Municipal de Eficiência - SEFIC, a emissão da Licença Ambiental de Instalação e Operação para atividade de Comércio Atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e domésticos não especificados anteriormente, localizada na Av. Engenheiro Atílio Correia Lima, nº 1738, Qd. 105 L.06, Cidade Jardim - Goiânia - GO. 39940

W M AUTO PECAS LTDA, CNPJ: 62.539.280/0001-68, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Eficiência-SEFIC, a Licença Ambiental de Instalação - LI e a Licença Ambiental de Operação - LO, para a atividade de Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores-45.30-7-04, sito a Av. C, 414, Qd. 17, Lt. 11-E, Vila Moraes. CEP: 74.620-387 Goiânia - GO. 39941

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE RIANÓPOLIS - ESTADO DE GOIÁS PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2026 O MUNICÍPIO DE RIANÓPOLIS-GO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h30min do dia 21 DE MAIO DE 2026, na Sala de Licitações, publicação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2026, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme solicitação constante no Processo nº 212/2026. O Edital e seus anexos se encontram no site: www.rianolis.gov.br. Informações: cp@rianolis.gov.br. Rianópolis-GO, 06 de maio de 2026. DIONATAN BARROS DA SILVA - Gestor executivo. 39938

ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS PUBLICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE E EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13009/2026 O Sistema Municipal de Cultura - SMC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento de quaisquer interessados, que o Gestor Municipal emitiu Ato de Inexigibilidade nº 079/2026 e do Processo Administrativo nº 13009/2026, tendo por objeto a Contratação de locação temporária do espaço denominado Parque de Exposição Agropecuária de Quirinópolis-GO, destinado à realização de eventos, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Cultura para a organização e execução do evento tradicional "Chica Doida", previsto para ocorrer no mês de maio de 2026, de acordo com o contrato nº 112/2026 (quarenta e sete mil reais), incluindo extrato do respectivo contrato com a empresa SINDICATO RURAL DE QUIRINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.617.256/0001-78, com sede na cidade de Quirinópolis-GO. Tudo ocorreu nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais legislações pertinentes a matéria. Maiores informações poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente. Quirinópolis - Goiás, 28 de abril de 2026. 39955-16

IUZA DIVINA GONÇALVES DA SILVA Gestora Municipal do SMC 39955-16

MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PE 016/2026 O Fundo Municipal de Assistência Social de Quirinópolis-GO, torna público o resultado do Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e reforma residenciais às famílias de baixa renda domiciliadas no município de Quirinópolis, conforme as Leis Municipais nº 3.385/2021 e nº 3.413/2021, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Quirinópolis-GO, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. O resultado assim se mostrou: Empresa: CASA DO FERRÃO E DIVISÓRIAS LTDA. CNPJ: 10.923.515/0001-17, com valor de R\$ 23.576,00. Empresa: CASA LIMA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 31.998.451/0001-93, com valor de R\$ 49.410,50. Empresa: COMERCIAL CONQUISTA LTDA. CNPJ: 11.227.996/0001-99, com valor de R\$ 398.995,00. Empresa: COMERCIAL MANOEL HENRIQUES-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 25.074.295/0001-71, com valor de R\$ 106.320,00. Empresa: CONFERR DISTRIBUIDORA E CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 50.878.617/0001-82, com valor de R\$ 35.500,00. Empresa: D M DA SILVA MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO. CNPJ: 43.393.791/0001-70, com valor de R\$ 16.256,00. Empresa: MINERACAO LIMA LTDA. CNPJ: 13.888.310/0001-36, com valor de R\$ 203.312,25. Empresa: QUIMACOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 00.997.130/0001-40, com valor de R\$ 70.938,75. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses. Maiores informações: https://quirinolpolis.gov.br/ e Sala de Licitação - situada à Praça dos Três Poderes, nº 88, Centro, CEP: 75890-000, Quirinópolis-GO. Telefone: (64) 3615-9100, em horário de expediente. Quirinópolis - Goiás, em 06 de maio de 2026. 39955-19

GEICIANE SOUZA FERREIRA SILVA Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Quirinópolis-GO 39955-19

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA LEI 9.514/97 Ireni Flores, Leloeiro Público Oficial, matrícula JUCESP Nº 792, com endereço na Avenida Paulista, 2421, São Paulo - SP, levava à leilão o bem abaixo descrito; devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário Nagro Orlon Fiagro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - CNPJ: 48.946.335/0001-23, Endereço Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, Cidade: São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-020, tendo sido representado pelo seu administrador, Vortex Distribuidora de Têxtil e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, com endereço na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, Primeiro Leilão: início em 20/05/2026 às 14:00 horas pelo valor mínimo de R\$ 2.452.485,27 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos). Para lances através da plataforma de lances: www.leilaoarabril.com.br exclusivamente pela internet. Segundo Leilão: Encerra em 05/06/2026 às 14:00 horas por valor não inferior a R\$ 2.378.430,00 (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos). Para lances através da plataforma de lances: www.leilaoarabril.com.br exclusivamente pela internet. Bem: Gleba de terras com área total de 21.025.971,5ha, situada nas Fazendas Boa Vista e Bom Jardim de Marzapal, Propriedade: Bárbara Lima Ferreira. Lances e confrontações: Começo no marco 1/A cravado nas confrontações de Maurício Mazzoni e a Gleba 01 de Marina de Fátima Lima Oliveira e outros, daí, segue dividindo com a gleba 02 com o seguinte número e distância: 17°23'48" SW-668,09m indo até o marco 2 Cravado na confrontação da gleba 02 de Karina de Fátima Lima, daí, segue dividindo com a gleba 02 com o seguinte número e distância: 17°23'48" SW-668,09m indo até o marco 2 Cravado na confrontação da gleba 04 de Brenda Lima de Oliveira Brito, daí, segue dividindo com a gleba 04 com o seguinte número e distância: 15°12'30" NW-632,61m indo até o marco 2 Cravado na confrontação de Maurício Mazzoni; daí, segue dividindo com o referido confrontante com os seguintes números e distâncias: 78°54'10" NE-200,95m, 01°01'36" NE-476,64m indo até o marco 1 A Ponto de Partida. Demarcação de uma área maior constante da matrícula 366 do Livro 2-8, fls. 168, com área total 415.026,69ha, Matrícula nº 984 Cartório do 1º Ofício de Notas e Anexos de Marzapal. Edital completo publicado na internet. www.leilaoarabril.com.br 39955-17

Or. nº 515 Senador Caneado - GO, 30/04/2026. TÚLIO SOBRAL MARTINS e ROCHA, Registrador da Serventia de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos e Cível das Pessoas Jurídicas da Comarca de Senador Caneado, Estado de Goiás, Terno e Comarca de igual nome, na forma da Lei etc, faz público para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no artigo 19 da Lei nº 6.766, de 18 de Dezembro de 1979, que BRDU SPE SENADOR CANEADO II LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 59.667.395/0001-33, com sede e foro a Avenida 136, N° 246 - Lote 13/32, Quadra 238, 2001 Marista, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, depositou nestas serventias MEMÓRIA DESCRITIVA, PLANOS E DEMAIS documentos relativos ao imóvel de sua propriedade situada neste município, Uma Gleba de terras, designada Gleba 01, situada na FAZENDA BOA VISTA DO RETIRO E BONSUCESSO - LUGAR FAZENDA MORADA DO BOSQUE, neste município, com área total de 85.73,12 hectares. Área devidamente registrada a margens da matrícula 53.774 l.02 do fls. 01, desta CRT. Tendo o loteamento fechado denominação de: "FAZENDA VILLAGGIO", composto por 58 quadras residenciais, sendo: 571 lotes residenciais. Sendo: Área total do empreendimento de 857.312,00 m², sendo área total a parcela de 675.897,84 m², Total de Áreas Alieniáveis (Lotes residenciais 571 unidades), com área total de 400.991,77 m², Área total do Sistema Viário de 146.650,57 m², Área total das Áreas Verdes, Esporte e Lazer de 124.894,97 m², Área total das Áreas Públicas Municipais de 271.335,54 m². Aprovado pelo Decreto Municipal nº 640, de 24 de abril de 2026. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel, deverão ser apresentadas dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da data terceira e última publicação do presente Edital em um Diário do Estado de Goiás, de circulação local. Fimdo prazo e não havendo reclamações, será feita o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório, durante as horas regulamentares. Segue em anexo croqui. Dado e passado nesta Cidade de Senador Caneado/GO, Terno e Comarca de igual nome. Escrevente Autorizado: Cláudio Nunes Pontes Júnior. 39972

República Federativa do Brasil Ministério da Justiça e do Poder Judiciário Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Cível das Pessoas Jurídicas Av. Carlos Queiroz 1, Lote 23A, Sala 501, Centro, CEP: 75890-000, Quirinópolis-GO. E-mail: ccr@quirinolpolis.gov.br Telefone: (64) 3615-9100/3615-9101/3615-9102/3615-9103/3615-9104/3615-9105/3615-9106/3615-9107/3615-9108/3615-9109/3615-9110/3615-9111/3615-9112/3615-9113/3615-9114/3615-9115/3615-9116/3615-9117/3615-9118/3615-9119/3615-9120/3615-9121/3615-9122/3615-9123/3615-9124/3615-9125/3615-9126/3615-9127/3615-9128/3615-9129/3615-9130/3615-9131/3615-9132/3615-9133/3615-9134/3615-9135/3615-9136/3615-9137/3615-9138/3615-9139/3615-9140/3615-9141/3615-9142/3615-9143/3615-9144/3615-9145/3615-9146/3615-9147/3615-9148/3615-9149/3615-9150/3615-9151/3615-9152/3615-9153/3615-9154/3615-9155/3615-9156/3615-9157/3615-9158/3615-9159/3615-9160/3615-9161/3615-9162/3615-9163/3615-9164/3615-9165/3615-9166/3615-9167/3615-9168/3615-9169/3615-9170/3615-9171/3615-9172/3615-9173/3615-9174/3615-9175/3615-9176/3615-9177/3615-9178/3615-9179/3615-9180/3615-9181/3615-9182/3615-9183/3615-9184/3615-9185/3615-9186/3615-9187/3615-9188/3615-9189/3615-9190/3615-9191/3615-9192/3615-9193/3615-9194/3615-9195/3615-9196/3615-9197/3615-9198/3615-9199/3615-9200/3615-9201/3615-9202/3615-9203/3615-9204/3615-9205/3615-9206/3615-9207/3615-9208/3615-9209/3615-9210/3615-9211/3615-9212/3615-9213/3615-9214/3615-9215/3615-9216/3615-9217/3615-9218/3615-9219/3615-9220/3615-9221/3615-9222/3615-9223/3615-9224/3615-9225/3615-9226/3615-9227/3615-9228/3615-9229/3615-9230/3615-9231/3615-9232/3615-9233/3615-9234/3615-9235/3615-9236/3615-9237/3615-9238/3615-9239/3615-9240/3615-9241/3615-9242/3615-9243/3615-9244/3615-9245/3615-9246/3615-9247/3615-9248/3615-9249/3615-9250/3615-9251/3615-9252/3615-9253/3615-9254/3615-9255/3615-9256/3615-9257/3615-9258/3615-9259/3615-9260/3615-9261/3615-9262/3615-9263/3615-9264/3615-9265/3615-9266/3615-9267/3615-9268/3615-9269/3615-9270/3615-9271/3615-9272/3615-9273/3615-9274/3615-9275/3615-9276/3615-9277/3615-9278/3615-9279/3615-9280/3615-9281/3615-9282/3615-9283/3615-9284/3615-9285/3615-9286/3615-9287/3615-9288/3615-9289/3615-9290/3615-9291/3615-9292/3615-9293/3615-9294/3615-9295/3615-9296/3615-9297/3615-9298/3615-9299/3615-9300/3615-9301/3615-9302/3615-9303/3615-9304/3615-9305/3615-9306/3615-9307/3615-9308/3615-9309/3615-9310/3615-9311/3615-9312/3615-9313/3615-9314/3615-9315/3615-9316/3615-9317/3615-9318/3615-9319/3615-9320/3615-9321/3615-9322/3615-9323/3615-9324/3615-9325/3615-9326/3615-9327/3615-9328/3615-9329/3615-9330/3615-9331/3615-9332/3615-9333/3615-9334/3615-9335/3615-9336/3615-9337/3615-9338/3615-9339/3615-9340/3615-9341/3615-9342/3615-9343/3615-9344/3615-9345/3615-9346/3615-9347/3615-9348/3615-9349/3615-9350/3615-9351/3615-9352/3615-9353/3615-9354/3615-9355/3615-9356/3615-9357/3615-9358/3615-9359/3615-9360/3615-9361/3615-9362/3615-9363/3615-9364/3615-9365/3615-9366/3615-9367/3615-9368/3615-9369/3615-9370/3615-9371/3615-9372/3615-9373/3615-9374/3615-9375/3615-9376/3615-9377/3615-9378/3615-9379/3615-9380/3615-9381/3615-9382/3615-9383/3615-9384/3615-9385/3615-9386/3615-9387/3615-9388/3615-9389/3615-9390/3615-9391/3615-9392/3615-9393/3615-9394/3615-9395/3615-9396/3615-9397/3615-9398/3615-9399/3615-9400/3615-9401/3615-9402/3615-9403/3615-9404/3615-9405/3615-9406/3615-9407/3615-9408/3615-9409/3615-9410/3615-9411/3615-9412/3615-9413/3615-9414/3615-9415/3615-9416/3615-9417/3615-9418/3615-9419/3615-9420/3615-9421/3615-9422/3615-9423/3615-9424/3615-9425/3615-9426/3615-9427/3615-9428/3615-9429/3615-9430/3615-9431/3615-9432/3615-9433/3615-9434/3615-9435/3615-9436/3615-9437/3615-9438/3615-9439/3615-9440/3615-9441/3615-9442/3615-9443/3615-9444/3615-9445/3615-9446/3615-9447/3615-9448/3615-9449/3615-9450/3615-9451/3615-9452/3615-9453/3615-9454/3615-9455/3615-9456/3615-9457/3615-9458/3615-9459/3615-9460/3615-9461/3615-9462/3615-9463/3615-9464/3615-9465/3615-9466/3615-9467/3615-9468/3615-9469/3615-9470/3615-9471/3615-9472/3615-9473/3615-9474/3615-9475/3615-9476/3615-9477/3615-9478/3615-9479/3615-9480/3615-9481/3615-9482/3615-9483/3615-9484/3615-9485/3615-9486/3615-9487/3615-9488/3615-9489/3615-9490/3615-9491/3615-9492/3615-9493/3615-9494/3615-9495/3615-9496/3615-9497/3615-9498/3615-9499/3615-9500/3615-9501/3615-9502/3615-9503/3615-9504/3615-9505/3615-9506/3615-9507/3615-9508/3615-9509/3615-9510/3615-9511/3615-9512/3615-9513/3615-9514/3615-9515/3615-9516/3615-9517/3615-9518/3615-9519/3615-9520/3615-9521/3615-9522/3615-9523/3615-9524/3615-9525/3615-9526/3615-9527/3615-9528/3615-9529/3615-9530/3615-9531/3615-9532/3615-9533/3615-9534/3615-9535/3615-9536/3615-9537/3615-9538/3615-9539/3615-9540/3615-9541/3615-9542/3615-9543/3615-9544/3615-9545/3615-9546/3615-9547/3615-9548/3615-9549/3615-9550/3615-9551/3615-9552/3615-9553/3615-9554/3615-9555/3615-9556/3615-9557/3615-9558/3615-9559/3615-9560/3615-9561/3615-9562/3615-9563/3615-9564/3615-9565/3615-9566/3615-9567/3615-9568/3615-9569/3615-9570/3615-9571/3615-9572/3615-9573/3615-9574/3615-9575/3615-9576/3615-9577/3615-9578/3615-9579/3615-9580/3615-9581/3615-9582/3615-9583/3615-9584/3615-9585/3615-9586/3615-9587/3615-9588/3615-9589/3615-9590/3615-9591/3615-9592/3615-9593/3615-9594/3615-9595/3615-9596/3615-9597/3615-9598/3615-9599/3615-9600/3615-9601/3615-9602/3615-9603/3615-9604/3615-9605/3615-9606/3615-9607/3615-9608/3615-9609/3615-9610/3615-9611/3615-9612/3615-9613/3615-9614/3615-9615/3615-9616/3615-9617/3615-9618/3615-9619/3615-9620/3615-9621/3615-9622/3615-9623/3615-9624/3615-9625/3615-9626/3615-9627/3615-9628/3615-9629/3615-9630/3615-9631/3615-9632/3615-9633/3615-9634/3615-9635/3615-9636/3615-9637/3615-9638/3615-9639/3615-9640/3615-9641/3615-9642/3615-9643/3615-9644/3615-9645/3615-9646/3615-9647/3615-9648/3615-9649/3615-9650/3615-9651/3615-9652/3615-9653/3615-9654/3615-9655/3615-9656/3615-9657/3615-9658/3615-9659/3615-9660/3615-9661/3615-9662/3615-9663/3615-9664/3615-9665/3615-9666/3615-9667/3615-9668/3615-9669/3615-9670/3615-9671/3615-9672/3615-9673/3615-9674/3615-9675/3615-9676/3615-9677/3615-9678/3615-9679/3615-9680/3615-9681/3615-9682/3615-9683/3615-9684/3615-9685/3615-9686/3615-9687/3615-9688/3615-9689/3615-9690/3615-9691/3615-9692/3615-9693/3615-9694/3615-9695/3615-9696/3615-9697/3615-9698/3615-9699/3615-9700/3615-9701/3615-9702/3615-9703/3615-9704/3615-9705/3615-9706/3615-9707/3615-9708/3615-9709/3615-9710/3615-9711/3615-9712/3615-9713/3615-9714/3615-9715/3615-9716/3615-9717/3615-9718/3615-9719/3615-9720/3615-9721/3615-9722/3615-9723/3615-9724/3615-9725/3615-9726/3615-9727/3615-9728/3615-9729/3615-9730/3615-9731/3615-9732/3615-9733/3615-9734/3615-9735/3615-9736/3615-9737/3615-9738/3615-9739/3615-9740/3615-9741/3615-9742/3615-9743/3615-9744/3615-9745/3615-9746/3615-9747/3615-9748/3615-9749/3615-9750/3615-9751/3615-9752/3615-9753/3615-9754/3615-9755/3615-9756/3615-9757/3615-9758/3615-9759/3615-9760/3615-9761/3615-9762/3615-9763/3615-9764/3615-9765/3615-9766/3615-9767/3615-9768/3615-9769/3615-9770/3615-9771/3615-9772/3615-9773/3615-9774/3615-9775/3615-9776/3615-9777/3615-9778/3615-9779/3615-9780/3615-9781/3615-9782/3615-9783/3615-9784/3615-9785/3615-9786/3615-9787/3615-9788/3615-9789/3615-9790/3615-9791/3615-9792/3615-9793/3615-9794/3615-9795/3615-9796/3615-9797/3615-9798/3615-9799/3615-9800/3615-9801/3615-9802/3615-9803/3615-9804/3615-9805/3615-9806/3615-9807/3615-9808/3615-9809/3615-9810/3615-9811/3615-9812/3615-9813/3615-9814/3615-9815/3615-9816/3615-9817/3615-9818/3615-9819/3615-9820/3615-9821/3615-9822/3615-9823/3615-9824/3615-9825/3615-9826/3615-9827/3615-9828/3615-9829/3615-9830/3615-9831/3615-9832/3615-9833/3615-9834/3615-9835/3615-9836/3615-9837/3615-9838/3615-9839/3615-9840/3615-9841/3615-9842/3615-9843/3615-9844/3615-9845/3615-9846/3615-9847/3615-9848/3615-9849/3615-9850/3615-9851/3615-9852/3615-9853/3615-9854/3615-9855/3615-9856/3615-9857/3615-9858/3615-9859/3615-9860/3615-9861/3615-9862/3615-9863/3615-9864/3615-9865/3615-9866/3615-9867/3615-9868/3615-9869/3615-9870/3615-9871/3615-9872/3615-9873/3615-9874/3615-9875/3615-9876/3615-9877/3615-9878/3615-9879/3615-9880/3615-9881/3615-9882/3615-9883/3615-9884/3615-9885/3615-9886/3615-9887/3615-9888/3615-9889/3615-9890/3615-9891/3615-9892/3615-9893/3615-9894/3615-9895/3615-9896/3615-9897/3615-9898/3615-9899/3615-9900/3615-9901/3615-9902/3615-9903/3615-9904/3615-9905/361

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 15 de maio de 2026, às 15h00min.
2º LEILÃO: 18 de maio de 2026, às 15h00min.
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Bela Vista, São Paulo/SP CEP: 03062-000. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, virem ou dele conhecimento...

ESTADO DE GOIÁS
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026
O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás torna público que fará realizar às 14:00 horas do dia 22 de maio de 2026, em sua sede, situada à Rua 68, nº 727, Centro, Goiânia - GO, uma sessão pública através do site www.gov.compra.gov.br...

COP CENTRO ODONTOLÓGICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 10.949.296/0001-45, com endereço comercial situado na Avenida Brasília, n. 151 B, Casa 01 Centro, Quirinópolis - GO, torna público que está requerendo a Licença Ambiental Corretiva perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA/Quirinópolis - GO.

UNIAO BRASIL 44
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente da Comissão Provisória Estadual do PARTIDO UNIAO BRASIL - UB do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Estatuto Partidário, especialmente os Artigos 24, 26, 32 e 38, convoca todos os conveniados com direito a voto quanto aos membros da Comissão Provisória Estadual, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais para comparecerem à Convenção Estadual Extraordinária, a ser realizada:

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online
Credora FIDUCIÁRIA: OPEA SECURITIZADORA S.A.
Fiduciante: CHRISTIAN THEODORE DO NASCIMENTO FLÁVIO
ERRATA: No edital publicado neste jornal ontem, 06/05/2026, referente ao imóvel objeto da matrícula 13.341 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Pedro Bernardo/GO, onde se lê: - 7ª vista, dentro do prazo de 24h. Neste caso, será celebrada pelo VEENDEOR e COMPRADOR Escritura Pública de Venda e Compra, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da realização do Leilão, sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo VEENDEOR. Caso ultrapasse esse prazo sem a assinatura do COMPRADOR, independentemente de notificação, incorrerá este em multa de 20% do valor da arrematação, valendo o presente edital e a ata de arrematação como títulos executivos extrajudiciais da multa. Financiamento, mediante pagamento de entrada, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 180 (cento e oitenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros a partir de 1,19 ao mês para imóveis residenciais e de 1,29 ao mês para imóveis comerciais...

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Leilão: 20/05/2026, às 12h de Brasília. 2º Leilão: 22/05/2026, às 12h de Brasília. BRUNO BARRETO SANCHES, Leloeiro Oficial, JUCEMS nº 37, com sede na Rua TV Itaveira, nº 88, TV Morena em Campo Grande/MS, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUpanÇA E INVESTIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - SICREDI PLANALTO CENTRAL, inscrita no CNPJ 10.736.214/0001-84, nos termos da Cédula de Crédito Bancário firmada entre as partes com o Emitente AILON QUEIROZ MAIA, CPF: 438.187.301-72, EDILSON VICENTE MATIAS, CPF: 529.949.01-87, AMENAIDE QUEIROZ MAIA MATIAS, CPF: 821.599.801-10, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.057.924,03 (um milhão, cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e três centavos) o imóvel Uma gleba de terras situada na fazenda POSSE, deste município, com a área de 26.922,25 hectares, sendo 0,3025 hectares de cultura de 3ª classe e 26.620,00 hectares de campos de 3ª classe, dentro dos limites e confrontações descritas na matrícula anexa ao portal do leilão. REGISTRO ANTERIOR: 15.804, 10.852, 15.799.15.805, 10.851, 14.278.9.481, 11.133, 10.978, 12.835, 11.327, 10.930, 15.799, 16.699, 15.804 e 12.826,0, deste RGI. O imóvel possui CAR conforme averbação 12/397. GO-5215306-ADET. 4659. CARGO 4E25.940E.9889.6BC8.7884. Cadastro Imobiliário Brasileiro - CIB. S. 177.786-0. Código Imóvel Rural: 935. 115.007.552-1, melhor descrito na matrícula nº 987 DO REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE IMÓVEIS E DOCUMENTOS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DE ORIZONAÇÃO. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 786.493,49 (setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) - nos termos do art. 27. 32º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.barretolicoes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE www.barretolicoes.com.br. Informações pelo Whatsapp: (67) 3204.2574 ou pelo e-mail juridico_adf@barretolicoes.com.br.

BRUNO REGIANY PEIXOTO PIMENTA
Presidente da Comissão Executiva Estadual União Brasil - Goiás
BRUNO REGIANY PEIXOTO PIMENTA
Presidente da Comissão Executiva Estadual União Brasil - Goiás
EXTRATO DE ATA
A COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.540.533/0001-29, na figura de seu Diretor Presidente o Sr. Alessandro Luiz da Cunha, nos termos dos artigos 130, 83º e 289 da Constituição Federal, vem por meio desta convocar a todos de direito, quanto as deliberações da ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026, devidamente registrada perante a junta comercial do Estado de Goiás, na data de 07/04/2026 sob o n. 20261007920, cuja integralidade dos documentos encontram-se arquivados na empresa. ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026. 1. DATA, LOCAL E HORÁRIO. As 10h00 (dez horas) do dia 24 (vinte e quatro) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), reuniram-se os Conselheiros da COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE ("Companhia") na sede da Companhia, localizada na Rua Particular, sem número, Complexo Turístico Rio Quente Resorts, bairro Esplanada, município de Rio Quente, Estado de Goiás, CEP 75.667-000, nos termos do parágrafo único do art. 121 da Lei 6.404/1976 ("LSA"). 2. CONVOCAÇÃO. Dispensada a convocação, tendo em vista a presença e comparecimento de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme permitido pela Lei nº 6.404/76. 3. PRESEÇA. Constatou-se a presença dos 7 (sete) membros titulares do Conselho de Administração Claudia Quintella Woods, Alexandre Moshe Parczewski, Paulo Sérgio Lopes Miranda, Humberto de Campos Maciel, Francisco Costa Neto, Eliane Garcia Melgazzo e Silvio José Genezini Junior, 4. MESA. Os trabalhos foram presididos pela Sra. Claudia Quintella Woods e secretariados pelo Sr. Carlos Eduardo Spagnol. 5. INSTALAÇÃO. Dada a presença de todos os membros do Conselho de Administração com direito a voto, foi convalidada a instalação desta Reunião do Conselho de Administração da Companhia Thermas do Rio Quente nos termos de legislação vigente. 6. ORDEM DO DIA. (I) Apresentação para fins de aprovação da emissão e consequente publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 2026, e suas coligadas SAUIPE S.A. (subsidiária integral da CTRQ) datado de 14 de março de 2026, e RIO QUENTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora da CTRQ) datado de 15 de março de 2026, para fins de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Acordo de Acionistas depositado na sede da empresa e a Lei 6.404/1976. 7. DELIBERAÇÕES. Devidamente instalada a presente reunião, após o exame da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: Exordialmente, APROVAR, a redação da presente ata na forma de minuta, com a devida observância do disposto no artigo 1º do artigo 130 da LSA. (II) Após apreciação da minuta, APROVAR, por unanimidade de votos, a publicação em jornal das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 das empresas COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE datado de 15 de março de 202

Concursos



Fotos: Divulgação/UEG

Processo exige envio de documentos on-line e perícia médica antes do início das atividades

Governo convoca aprovados da UEG; veja nomes e prazos

Mais de 100 candidatos são chamados para analista e assistente com posse digital e etapas já em andamento

Otávio Augusto

A convocação de aprovados em concursos públicos segue movimentando o cenário em Goiás. O Governo do Estado convocou 112 candidatos aprovados no certame da Universidade Estadual de Goiás (UEG), conforme publicação no Diário Oficial do dia 5 de maio de 2026. O chamamento contempla cargos administrativos e prevê início das atividades já em junho, reforçando o quadro técnico da instituição em diversas regiões.

Todo o processo de posse ocorrerá por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os candidatos devem realizar cadastro, enviar documentos digitalizados e preencher o formulário "Banco de Talentos". A digitalização reduz burocracias e acelera o ingresso dos novos servidores. O calendário prevê etapas com prazos curtos. O cadastro inicial deve ser feito até 7 de maio. A apresentação formal da documentação ocorre entre 11 e 15 de maio, enquanto a perícia médica será realizada entre



os dias 14 e 20 de maio, em Goiânia. A nomeação oficial está prevista para 1º de junho, com posse eletrônica no dia 8 e início em 9 de junho.

Assistente de Gestão Administrativa: Alessandra Alexandre Siqueira; Almir Wendel de Carvalho; Ana Claudia da Cruz Alves; Aureliza Mesquita Souza; Betuel Inacio da Silva; Camila Imai Morato; Daniela Gomes Pessoa; Elias Gabriel Tavares; Fabianna Xavier de Souza; Gilberto Palacio de Andrade Junior; Graziely Fernandes Bar-

bosa; Gustavo Alves Silveira; Jhonatan Gonçalves dos Santos; João Paulo Borges de Oliveira; Juliana de Freitas Lopes; Karla Silva Vieira e Farias; Kitty Lara Neves; Lara Campos Costa Fonseca de Carvalho; Lays Urzedá; Marcela Cristie Moreira Faria; Renata Souza de Melo; Thiago Gomes Galvão; Wanessa Kendore dos Santos Batista.

Analista de Gestão Administrativa: Abadia Ribeiro de Freitas Lima; Adilmeire Silveira de Vasconcelos; Ailton Rocha Vaz Junior; Alberto Barbosa

do Carmo; Alessandra Helena Schneider; Alessandro Naves da Fonseca; Aline Borges Pereira; Amanda Lira Gomes; Ana Claudia Cardoso de Freitas; Ana Maria de Andrade Vieira; Andriely Marques Oliveira da Silva; Antonio Carlos Avelaneda Junior; Bruna Ramos Franca; Bruno Farias de Oliveira; Cristianne de Freitas Oliveira; Cristina Roveri; Danielle Rezende de Assis; Danilo Tomaz da Silva; Denise Ribeiro de Souza Takeda; Eduardo Chiba de Lima; Eliane Ferreira Machado; Elisa Silva Geraldino; Erika Drumond Macedo Vieira; Fabiana Beatriz Nogueira; Fabio Daniel de Jesus; Fernanda da Costa Gomes de Souza; Fernanda Karla da Conceição Fonseca; Fernanda Marques de Oliveira; Flavia Alves Martins; Gabriele Gomes Sardinha; Gabriella Pereira; Geisianny Rodrigues de Lima; Gustavo do Nascimento Cardoso; Gustavo Eberle de Carvalho; Higor Francisco Gomes; Iamara Costa Nunes Bezerra; Izadora Carvalho Laner; John Max Sousa de Almeida; João Izaru Pires Junior; João Paulo Caldeira e Silva; Julliane Lacerda Slywitch; Karolliny da Cunha Carvalho; Kássia Paula Silva Fontenele; Kim Avila Alves; Koralyne Barbosa Silva; Lais Dayane Mendonça Ferreira; Lani Lucia dos Santos; Leiza Gonçalves Silva; Leticia e Silva Bor-

ges; Lidia Gabriela Feliciano Tavares; Ligia Marcia da Silva Souza; Lucas Guimaraes Santana; Lucio Antonio Brandao de Oliveira; Luizmar Pacheco de Lima Junior; Luan Ricardo Corral; Ludimila Sylvania Spindola; Maevy Rocha Nascimento; Marco Henrique Sul Santana; Marcio Paulino Roriz de Camargo; Marcelo Garcia Torres; Marcos de Siqueira Pinto; Marcus Vinicius Borges Ferreira; Mariano Rodrigues Moreira Lopes; Mara Florentino de Lima; Mara Rubia Duarte Couto; Marcia Aparecida Mariano da Silva Pina; Marlus Alberto Carneiro Alves; Mirian Cristina Gontijo Silva; Nubio Fernando Rodrigues; Rafael Sabino dos Santos; Rafael Zielke Schio; Renato Rodrigues Ferreira; Ricardo Wagner Matos de Sousa; Robert Veras Pedrosa; Rosimar Tavares Cotrim Lobo; Sarah Braz Lopes; Sergio Abijaode Amaral Chagas Marinho; Sheila Galvão de Faria; Talita Freitas Souza; Thais Elizabeth Pereira Batista; Thiago Augusto Paiva de Araujo; Valeria Batista Gama Santana; Vanessa Jehmima Pessoa de Souza; Vinicius Lazaro Alves Barcelos; Viviane Angelica de Amorim; Walter Ferreira Marques Filho; Wallenn Menezes Pereira; Wanessa Oliveira de Siqueira; Willian de Oliveira Almeida. **(Especial para O HOJE)**

